

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CONAB/SUREG-MT N.º 90.005/2026

PROCESSO N.º 21.447.000033/2026-28

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, mediante o Pregoeiro designado pelo Ato de Superintendência SUREG n.º 74, de 30/07/2025, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob o modo de disputa **ABERTO**, serviço por empreitada por preço global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/conab/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/normas-da-organizacao>, bem como, subsidiariamente, de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 30 DE JUNHO DE 2026 (xxxxxxxxxx)

HORÁRIO: 10 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 135209

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000 e legislações pertinentes, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Material e de Serviços – CATMAT/CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

1.1.2. Os serviços serão licitados na modalidade Pregão Eletrônico, por serem caracterizados como serviço comum, na forma do Inciso XIII do art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e, portanto, possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.1. Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico, credenciar-se previamente no Sicaf.

2.2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas pela plataforma do Comprasnet, conforme descreve o item 10.5 deste Edital.

2.5. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico, nos moldes do artigo 38 da Lei 13.303/2016 e conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da Conab:

a) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 13.303 de 2016;

- b) a empresa suspensa pela Conab, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pelo órgão sancionador, conforme artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- c) a empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do artigo 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do artigo 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;
- e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do artigo 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;
- f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do artigo 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;
- g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do artigo 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- h) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), nos termos do artigo 38, inciso VIII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- m) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- n) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial vinculada à Conab; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- o) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
- p) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

3.1. O licitante deverá registrar sua proposta de preços eletrônica, exclusivamente por meio do sistema Compras Governamentais, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.2. O licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, o **VALOR GLOBAL ANUAL, OBSERVANDO-SE O VALOR DE REFERÊNCIA DO TÍTULO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL**, bem como a especificação clara e completa do objeto a ser executado, em conformidade com o Termo de Referência.

3.2.1. O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

3.2.2. O licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

3.2.3. Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4 deste Edital, assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

3.2.4. Quando couber, o licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, se o bem ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, no Termo de Referência.

3.2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3. As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.3.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.3.3. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.4. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 19.4 deste Edital.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7. **Após a fase de lances, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos na convocação pelo Pregoeiro, a versão escrita da sua proposta de preços.**

3.8. **O encaminhamento eletrônico da versão escrita da Proposta de Preços do licitante vencedor**, para a apresentação conforme subitem 9.1 deste Edital, deverá conter, em especial, as seguintes informações:

- a) **as especificações do objeto**, conforme apresentado no Termo de Referência;

- b) o preço unitário, total, anual e quinquenal, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);
- c) o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
- d) a declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à execução do objeto deste Pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;
- e) a declaração expressa de que se responsabiliza pela execução contratual no prazo estabelecido no Termo de Referência;
- f) a declaração expressa de elaboração independente de sua proposta comercial;
- g) os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, e-mail, celular/telefone/Fax da empresa e de seu representante, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento

3.8.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

3.9. **A proposta comercial do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

3.10. **Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10 deste Edital.**

3.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 4.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão atender, para tanto, as exigências e requisitos do Sistema Compras Governamentais.

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, bem como as regras e procedimentos estabelecidos no Sistema Compras Governamentais.
- 5.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.5. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento).**
- 5.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.
- 5.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 5.8. A etapa de envio de lances na sessão durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.8.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.1. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:
- 6.3.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser

adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

6.3.2. caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.3.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

6.3.4. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

6.3.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA DESCONEXÃO

8.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.2. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, aos participantes, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. **O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma do item 3.7 deste Edital, no prazo de 2 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras Governamentais.**

9.1.1. **Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços adequada ao último lance, a licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar eletronicamente, os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o título 10 deste Edital, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1, qual seja, via sistema, por meio do campo "Anexo de Proposta" e em até 02 (duas) horas da convocação do anexo.**

9.1.2. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 9.1.1 deste Edital.

9.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. Encaminhada a proposta, o Pregoeiro, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado constante no Termo de Referência, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto.

9.2.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 9 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONAB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.2.3. Será considerado aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o menor preço conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.

9.2.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.2.5.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.5.3. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: "condições gerais", "cláusulas contratuais" etc.

9.2.6. Se o lance ou a proposta de menor valor não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao edital.

9.2.7. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.2.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, deverá ser procedida nova

verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2.9.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II - empresas brasileiras;
- III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.2.9.2. As regras previstas no neste item 9.2.9 não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. **Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, na forma do item 9.1, deverá encaminhar, via sistema, a documentação de habilitação à Conab, em conjunto com sua Proposta de Preços, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro.**

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema Compras Governamentais, juntamente a Proposta de Preços atualizada, caso solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação, ao Setor Administrativo – SETAD-MT, em envelope fechado, na Rua Anibal Molina Ribeiro, s/nº – Ponte Nova, Várzea Grande-MT CEP 78.115-903, com, no mínimo, os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 9.4.

10.3. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 “b”, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.

10.4. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:

10.4.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) no caso de:

a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

a.8) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei; e
- e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011).

10.4.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.2.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.4.2.2.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$\begin{aligned}
 LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\
 SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\
 LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

- c.1) a licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:

As empresas deverão apresentar:

- a) No mínimo 1(um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, por período **não inferior a dois anos**, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- a.1) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior.
- a.2) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- a.3) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- a.4) Para a comprovação da experiência mínima de **2 (dois) anos**, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos.
- a.5) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- a.6) O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

- a.7) A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
- b) Certidão do registro da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONCAV, como entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional.
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, do Ministério do Trabalho e Previdência-MTP.
- d) Atestado de inscrição no Conselho de Assistência Social do Mato Grosso.

10.4.4.2. Não será exigida, **para fins de habilitação**, a comprovação de escritório ou estrutura física previamente instalada nas localidades de execução do contrato. Contudo, em razão da necessidade de acompanhamento presencial e realização periódica das atividades de aprendizagem, a futura contratada **deverá** disponibilizar estrutura adequada para atendimento e capacitação dos aprendizes no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

- a) A exigência de disponibilização de estrutura física/local de atendimento na localidade de execução contratual justifica-se em razão da natureza presencial das atividades vinculadas ao programa de aprendizagem, especialmente para realização periódica de capacitações, acompanhamento pedagógico, orientação administrativa e suporte aos aprendizes vinculados ao contrato.
- b) Considerando que os aprendizes deverão comparecer semanalmente às atividades teóricas sob responsabilidade da contratada, mostra-se necessária a existência de estrutura operacional adequada para garantir a regular execução contratual, o adequado acompanhamento dos participantes e a continuidade das atividades formativas previstas na legislação aplicável.

10.4.4.3. Caso a licitante já disponha da estrutura física nos locais definidos, deverá declarar a instalação/manutenção da mesma durante a vigência do contrato.

10.4.4.4. **DA VISTORIA**

- a) Não se aplica à contratação em comento a realização de vistoria prévia no local de prestação dos serviços.

10.4.5. **Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais - o qual gerará um Relatório de Termos de Aceite, referentes à:**

a) **Condições de participação:**

- a.1) Manifestando ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- a.2) Declarando que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) **Declarações para fins de habilitação:**

- b.1) de atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- b.2) de inexistência de impedimento à habilitação do fornecedor e de que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- b.3) de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b.4) de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- b.5) de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) **Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:**

- c.1) de observação aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento ao disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- c.2) de cumprimento à reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) **Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Declaração válida apenas para cooperativas):**

- d.1) Manifestando participação da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

e) **Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso.**

10.5. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores da Conab;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/certidao-negativa-de-licitante-inidoneo>).

10.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, considerando-se, para tanto, o disposto nos itens editalícios 20.3 e 20.4.

10.8. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital, observado o disposto no item 9.2.8

10.10. Será considerado vencedor deste Pregão o licitante que oferecer o **menor preço global** e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, o Sistema abrirá o prazo mínimo de 10 minutos para o licitante manifestar sua intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e, na sequência, novo prazo de 10 minutos para manifestar intenção recursal quanto à habilitação, período durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar distintamente sua intenção de recurso quanto ao julgamento e à habilitação.

11.1.1. O Sistema processará automaticamente a intenção de recurso, aceitando-a, em campo próprio da plataforma.

11.1.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita pelo sistema deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.3. A falta de apresentação das razões recursais no prazo estabelecido no sistema importará a decadência desse direito e autorizará o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.1.4. Para efeito do disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

11.1.5. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

11.6. O objeto deste Pregão será **adjudicado e homologado** pela autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma da legislação vigente e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

11.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, que observará os termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e das demais normas pertinentes.

12.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de Contrato.

12.3. Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.

12.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

12.6. O prazo de vigência do Contrato será de 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, observados os parâmetros previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

12.6.1. Os contratos de prestação de serviços ou de fornecimentos que tenham seus prazos iniciais definidos por período superior a 12 (doze) meses, serão avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato, com o titular da unidade orgânica gestora do contrato, de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a Conab, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada, nos termos do artigo 488 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

12.7. A forma de prestação e de recebimento do objeto deste certame, bem como a garantia contratual, o prazo e o local de sua execução encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

12.8. O reajuste dos preços do objeto contratado e a subcontratação também deverão observar o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma apresentada no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 14.1. As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.
- 14.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.
- 15.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

16. **DO PAGAMENTO**

- 16.1. O pagamento pela execução do objeto contratual descrito neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 17.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

18. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 18.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e correrão por meio da Natureza de Despesa **33.90.37.08**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229503**, na Ação Orçamentária **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**, Fonte de recurso **1050**, do Plano Interno **MENOR APREN**.

19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 19.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico **mt.cpl@conab.gov.br**, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

19.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

- 19.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 19.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico **mt.cpl@conab.gov.br**.

19.3.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis.

- 19.4. As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados.

- 19.5. Os prazos previstos no certame poderão ser suspensos pelo Pregoeiro, mediante justificativa nos autos, em razão de pedido de esclarecimento que, após análise técnica, resulte em alteração no edital, bem como, em caso de acolhimento de impugnação.

20. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

20.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

- 20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.2.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência.

- 20.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

- 20.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

- 20.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

- 20.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

- 20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se

iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.

20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

20.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.10. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

20.12. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.conab.gov.br. O Edital, ainda, poderá ser fornecido pela Conab a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, endereço R. Aníbal Molina Ribeiro - Pte. Nova, Várzea Grande - MT, 78115-903, Setor Administrativo, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 10,00 (dez reais), por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a ser emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), Unidade Gestora-UG: 135100 – Gestão: 22211, Código de Recolhimento nº 28830-6

20.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;
- b) Anexo III - Minuta de Contrato.

21. DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Várzea Grande/DF, Seção Judiciária do estado de Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Várzea Grande, na data da última assinatura eletrônica.

SOLANGE FERREIRA DE MORAES
Setor de Recursos Humanos - MT
Analista de RH

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

ÁREA DEMANDANTE/TÉCNICA: SEREH/MT

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.

1.2. As entidades sem fins lucrativos de que tratam o item anterior, referem-se as que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, conforme art. 50, III do Decreto Nº 9.579, de 22/11/2018.

1.3. A Entidade contratada, deverá comprovar antes da assinatura do contrato, possuir estrutura adequada ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, estrutura essa, sediada ou com filiais na região metropolitana de Cuiabá/MT e nos municípios de Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, mantida durante a execução do contrato, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados dos Jovens Aprendizizes.

1.4. Serão disponibilizadas vagas para a Superintendência Regional do Mato Grosso, com lotação na Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras em Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, de segunda a sexta-feira, no horário de **07h30 às 11h30** ou das **13h00 às 17h00** horas, considerando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) calculados de acordo com o número de empregados que exercem funções que demandem formação profissional.

1.5. O custo mensal estimado para a prestação dos serviços deste Termo de Referência é de **R\$10.015,20 (dez mil e quinze reais e vinte centavos)** e **R\$120.182,40 (cento e vinte mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos)** anuais, conforme mapa comparativo ID 51250111.

1.6. O critério utilizado para a formação da estimativa foi de **MÉDIA** dos preços praticados no mercado para a administração pública, considerando o valor mensal pago por Jovem Aprendiz contratado, multiplicado pelo quantitativo descrito no item 1.1 deste termo de referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
-------	------	----------------	--------	--------	----------------	--------------

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	1	Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro. s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.		5	R\$2.003,04	R\$10.015,20
VALOR TOTAL DOS ITENS ANUAL					R\$120.182,40	
VALOR QUINQUENAL					R\$600.912,60	

- 1.7. O quantitativo estimado para a formação de preços deste termo de referência considerou o número de postos máximo de ocupantes de funções do Arco Administração-Administrativo na Sureg/MT de modo a cumprir a cota mínima a ser contratada.
- 1.8. O quantitativo acima poderá ser alterado no decorrer da prestação de serviços em razão de modificações na legislação pertinente, em normas internas da Companhia ou na composição do quadro de empregados da Superintendência Regional de Mato Grosso, preservando-se, em qualquer hipótese, o cumprimento da cota mínima legal vigente.
- 1.9. Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, não é viável a realização da licitação por itens isolados, sendo imprescindível a contratação em lote único.
- 1.10. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** ofertado.
- 1.11. Para fins de julgamento das propostas o valor de referência será público e o modo de disputa adotado será **aberto**.
- 1.12. A proposta a ser apresentada consignará o preço mensal das seguintes parcelas:
- Salário e Encargos Sociais;
 - Benefícios (auxílio alimentação/refeição e auxílio transporte);
 - Insumos (crachá, uniforme, PCMSO, seguro de vida); e
 - Gestão administrativa, operacional e educativa (seleção, contratação, capacitação, supervisão, etc).
- 1.13. O modelo da Planilha constante no Anexo II deste TR é meramente informativa, podendo a Contratada utilizar modelo próprio, desde que contemple pelo menos os itens do item 1.12.
- 1.14. Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço global, conforme o inciso IV, artigo 208 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 1.15. Os recursos orçamentários decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Orçamento da Conab e deverão correr à conta da natureza de Despesas 33.90.37.08 do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 229503 , na Ação Orçamentária ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE, Fonte de recurso 1050 , do Plano Interno MENOR APREN.
- 1.16. As especificações do objeto estão detalhadas no Título 6 deste Termo de Referência.
- 1.17. Para a execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades informados no item 6.6 deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação visa atender ao estabelecido no artigo 429 e seguintes do Decreto – Lei no 5.452, de 01/05/43, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e que determina aos estabelecimentos de qualquer natureza a obrigatoriedade de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, o número de Jovens aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme regulamentado pelo Art. 51 e 52 do Decreto nº 9.579, de 2018.
- 2.2. A Conab deve atender integralmente às exigências legais, garantindo que o percentual adequado de aprendizes seja contratado e acompanhado conforme previsto na legislação, cujo descumprimento pode acarretar penalidades administrativas, além de comprometer a responsabilidade social da instituição.
- 2.3. A prestação de serviço é indispensável à Administração, pois a sua inexecução poderia acarretar consequências financeiras a Conab, entende-se então que a contratação é uma medida indispensável para a Regional, sendo essencial para cumprir as disposições estabelecidas nos artigos 428 e 431 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e em conformidade com as condições estipuladas na Instrução Normativa nº 146/2018 do Ministério do Trabalho.
- 2.4. A contratação dos aprendizes por empresas públicas ou sociedades de economia mista, de acordo com o art. 58 do Decreto nº 11.061, de 04/05/2022, ocorrerá: (a) de forma direta pelo estabelecimento que fique obrigado ao cumprimento da cota de aprendizagem profissional ou (b) de forma indireta.
- 2.5. A opção de contratação definida pela Conab foi a forma indireta, por meio de entidade sem fins lucrativos, (artigo 431, II da CLT), conforme motivação apresentada na Nota Técnica (50029121) é justificada pela sua finalidade institucional, experiência comprovada na formação técnico-profissional de jovens aprendizes e pela natureza educacional, formativa e assistencial do serviço, o que reforça o interesse público envolvido.
- 2.6. A Regional não pode contratar de forma direta o jovem aprendiz, portanto a participação na licitação será exclusiva de entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Cadastro Nacional de Aprendizagem - CNAP e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, bem como cadastro do Programa do Curso de Aprendizagem, aprovado e convalidado pelo MTE, conforme Portaria/MTP nº 671 de 08/11/2021 e Decreto 9.579 de 22/11/2018 e alterações.
- 2.7. A empresa contratada apoiará a Regional na condução das diversas atividades necessárias para a operacionalização do programa, tais como: recrutamento, seleção, contratação, capacitação teórica e acompanhamento dos jovens que farão parte do quadro de aprendizes da Sede da Sureg

e das Unidades Armazenadoras, além das obrigações previstas na Lei nº 10.097/2000.

2.8. A futura contratada deverá atender ao que consta na Lei 10.097 de 19/12/2000, ao Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, ao Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto-Lei n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, ao Decreto 9.579 de 22/11/2018 e demais normativos aplicáveis e legislações subsidiárias.

2.9. O serviço em apreço será contratado na modalidade Pregão Eletrônico, por ser caracterizado como serviço comum, na forma do inciso XIII do art.3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.10. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista se tratar de atividade permanente, essencial e ininterrupta à manutenção de políticas públicas relacionadas ao cumprimento da cota legal de aprendizagem, à promoção da inclusão produtiva de adolescentes e jovens, e ao atendimento de dispositivos legais e normativos sobre responsabilidade social e formação profissional. Em virtude da própria natureza do contrato de aprendizagem, que possui duração mínima de 1 (um) ano e máxima de 2 (dois) anos, a execução do contrato em mais de um exercício financeiro assegura a continuidade da formação dos aprendizes contratados, evita descontinuidade dos serviços e reduz a necessidade de sucessivas contratações e processos licitatórios, otimizando recursos administrativos e garantindo maior eficiência na execução da política de aprendizagem.

3. **DO OBJETIVO**

3.1. O Programa de Aprendizagem da Conab possibilita a complementação de ensino e aprendizagem dos jovens e adolescentes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-pedagógico, científico, cultural e de relações interpessoais, também, como uma ferramenta de contribuição social, ao preparar o futuro profissional para atuação no mercado de trabalho.

3.2. A contratação da entidade proporcionará condições técnicas para executar o programa de aprendizagem da Sureg/MT, além de garantir a continuidade da contratação e capacitação dos Jovens Aprendizes.

3.3. O regime será a empreitada por preço global, na modalidade menor preço ofertado, estando o item disposto em grupo, conforme tabela disponível no Anexo II deste Termo de Referência. A planilha indicativa de custos e formação de preços é exemplificativa, podendo a proponente apresentar tabela/planilha própria, desde que apresente o valor mensal, total, da soma de todos os itens que compõe o preço.

4. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, observados os parâmetros do artigo 492 do Regulamento de Contratos e Licitações da Conab.

4.2. Os contratos de prestação de serviços ou de fornecimentos que tenham seus prazos iniciais definidos por período superior a 12 (doze) meses, serão avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato, com o titular da área Gestora, no âmbito da Superintendência Regional, de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a Conab, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada.

5. **DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1.1. As empresas deverão apresentar:

a) No mínimo 1(um) atestado de aptidão da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, por período **não inferior a dois anos**, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

a.1) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior.

a.2) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

a.3) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

a.4) Para a comprovação da experiência mínima de **2 (dois) anos**, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos.

a.5) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

a.6) O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

a.7) A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

b) Certidão do registro da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONCAV, como entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional.

c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, do Ministério do Trabalho e Previdência-MTP.

d) Atestado de inscrição no Conselho de Assistência Social do Mato Grosso.

5.1.2. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá dispor de estrutura física/local de atendimento na região metropolitana de Cuiabá/MT e nos municípios de Rondonópolis/MT e Sorriso/MT.

5.1.2.1. A exigência de disponibilização de estrutura física/local de atendimento na localidade de execução contratual justifica-se em razão da natureza presencial das atividades vinculadas ao programa de aprendizagem, especialmente para realização periódica de capacitações, acompanhamento pedagógico, orientação administrativa e suporte aos aprendizes vinculados ao contrato.

5.1.2.2. Considerando que os aprendizes deverão comparecer semanalmente às atividades teóricas sob responsabilidade da contratada, mostra-se necessária a existência de estrutura operacional adequada para garantir a regular execução contratual, o adequado acompanhamento dos participantes e a continuidade das atividades formativas previstas na legislação aplicável.

5.1.2.3. Ressalta-se que não será exigida a comprovação de estrutura previamente instalada na fase de habilitação, devendo a contratada providenciar sua disponibilização no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, em observância aos princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade

5.1.2.4. Caso a licitante já disponha da estrutura física nos locais definidos, deverá declarar a instalação/manutenção da mesma durante a vigência do contrato.

5.2. **DA VISTORIA**

5.2.1. Não se aplica à contratação em comento a realização de vistoria prévia no local de prestação dos serviços.

6. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.1. O serviço em apreço será contratado na modalidade Pregão Eletrônico, por ser caracterizado como serviço comum, na forma do Inciso XIII do artigo 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Conab, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.1.3. A atuação da Contratada está fundamentada no art. 430, II e art. 431, da Consolidação das Leis Trabalhistas, os quais autorizam a contratação dos aprendizes, por intermédio de Entidades Sem Fins Lucrativos, caso em que não geram vínculo de emprego com o tomador Conab.

6.1.4. O vínculo empregatício será formado exclusivamente entre os aprendizes e a Contratada, cabendo a esta a responsabilidade pelo pagamento dos salários, vale-transporte, vale-alimentação ou refeição, conjunto de uniforme/crachá e material didático; incluindo as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas administrativas, demais verbas rescisórias e contratuais.

6.2. **DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

6.2.1. A contratada deverá recrutar, selecionar, contratar, capacitar, efetuar o pagamento do salário, recolher todos os encargos, realizar o acompanhamento e encaminhar 5 (cinco) jovens para a Sureg/MT: sendo 3 (três) para a Sede Administrativa, 01 (um) para a Unidade Armazenadora de Rondonópolis e 01 (um) para a Unidade Armazenadora Sorriso, considerando a cota percentual aprovada pela Conab, calculados de acordo como número de empregados que exercem funções que demandam formação profissional, conforme Planilha id 51249311.

6.2.2. O número de jovens aprendizes contratados considerará o quantitativo máximo de 5 (cinco), e, em caso de rescisão/extinção de contrato de aprendizagem, deverá ser providenciada nova contratação de modo que ocorra o cumprimento da cota percentual mínima obrigatória.

6.2.3. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo celebrado entre a Conab e a Contratada. Caso isso ocorra, a futura formadora deverá absorver os jovens que estejam no prazo do seu programa de aprendizagem com a Conab, devendo esses serem encaminhados a Contratada para continuar sua formação.

6.2.4. Os jovens aprendizes serão distribuídos nos setores/gerências/superintendência e/ou procuradoria da Sureg/MT, conforme necessidade da Conab.

6.2.5. O curso teórico presencial do Programa de Aprendizagem deverá ser ministrado, uma vez por semana, nas instalações da Contratada conforme informação constante do Título 8 deste TR, com carga horária de 4 (quatro) horas semanais, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses).

6.2.5.1. Poderá ser adotada outra modalidade (EaD ou híbrido), desde que acordada entre Contratada e Contratante e sem prejuízos ao acompanhamento do Programa de Aprendizagem e a capacitação do jovem aprendiz.

6.3. **DO LOCAL E PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.3.1. Os jovens aprendizes contratados, após conclusão do curso de capacitação inicial, deverão ser apresentados à Conab - Sureg/MT para cumprir as atividades práticas do Programa de Aprendizagem, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 4 (quatro) horas diárias:

a) Sede: Alameda Anibal Molina Ribeiro, s/n - Ponte Nova - Várzea Grande - MT - horário compreendido entre 07h30 - 11h30 - 13h00 as 17h00 horas.

b) Unidade Armazenadora de Rondonópolis: Rodovia BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 - horário compreendido entre 07:30 as 11:30 - 13h00 as 17h00 horas.

c) Unidade Armazenadora de Sorriso: Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 - horário compreendido entre 07:30 as 11:30 - 13h00 as 17h00 horas.

6.3.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias, a partir da assinatura do Contrato.

6.3.3. A Contratada deverá contratar o aprendiz no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento do pedido da Conab, podendo ser prorrogado, mediante solicitação e justificativa da Contratada.

6.4. **DA ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.4.1. A Contratada deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados.

6.4.2. A Contratada executará os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, observando, rigorosa e obrigatoriamente, os preceitos da Lei nº 10.097/2000, do Decreto nº 9.579 de 22/11/2018, alterado pelos Decretos 11.061/2022, alterações posteriores e demais legislações pertinentes a matéria.

6.4.3. A Contratada será integralmente responsável por todo o ciclo do programa de aprendizagem, desempenhando as seguintes atividades:

a) **Divulgação e Seleção:** Realizar a ampla divulgação do processo seletivo e a seleção dos jovens aprendizes, utilizando critérios transparentes e inclusivos e conforme os requisitos legais e os acordados com a Conab e prover a substituição do aprendiz, em caso de vacância.

b) **Exames Ocupacionais:** Providenciar e custear os exames admissionais e demissionais dos aprendizes, conforme a legislação trabalhista e de saúde e segurança no trabalho.

c) **Formalização Contratual:** Proceder à formalização do contrato de aprendizagem, incluindo a anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a realização dos registros necessários nos órgãos competentes.

d) **Capacitação Teórica:** Realizar o curso preparatório inicial antes da apresentação à Conab e promover a inscrição e a gestão da participação dos aprendizes em curso de aprendizagem válido, devidamente reconhecido e aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em suas instalações e disponibilizar ao aprendiz Certificado de Qualificação Profissional após conclusão do Programa de Aprendizagem..

e) **Gestão de Pessoal e Benefícios:** Gerenciar a folha de pagamento e o recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas dos aprendizes, incluindo, mas não se limitando a: salários, 13º salário, férias + 1/3 constitucional, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Formalizar solicitações de desligamento e realizar pagamento das rescisões de contrato. Adicionalmente, será responsável pelo fornecimento de uniformes e crachás e pela concessão e gestão de benefícios como Vale-Transporte, Vale-Alimentação/Refeição e Seguro de Vida, conforme a legislação e as convenções coletivas de trabalho aplicáveis.

f) **Acompanhamento e Avaliação:** Realizar o acompanhamento contínuo e a avaliação periódica do desempenho teórico e prático dos aprendizes, em conjunto com o Conab, assegurando o cumprimento do plano pedagógico e das atividades práticas.

g) **Supervisão e Apoio:** Oferecer supervisão contínua aos aprendizes, incluindo apoio pedagógico e psicossocial, garantindo o bom desenvolvimento do programa e a integração dos jovens no ambiente de trabalho.

6.4.4. A distribuição dos aprendizes pelas diversas unidades organizacionais é de competência exclusiva da Conab, conforme conveniência e interesse, observando o Termo de Referência.

6.4.5. Os serviços que os aprendizes desenvolverão na Conab obedecerão a padronização estabelecida no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem – CONAP – atividades de Auxiliar de Escritório, Código CBO 4110-05 ou Assistente Administrativo, Código CBO 4110-10, previstas na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, a serem realizadas sempre sob supervisão, dentre as quais se exemplificam e não se esgotam:

- a) Auxiliar na organização e arquivamento de documentos, tanto físicos quanto digitais, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e ferramentas de colaboração *on line*;
- b) Apoiar na gestão de correspondências, e-mails e outras comunicações internas e externas;
- c) Auxílio na realização de levantamento de dados;
- d) Elaboração de Relatórios Simples
- e) Arquivamento de documentos;
- f) Digitação de pouca complexidade;
- g) Auxílio na separação de material de almoxarifado;
- h) Atendimento e fornecimento de informações ao público;

6.4.6. Antes de iniciar suas atividades na Conab, o aprendiz contratado terá até 04 (quatro) semanas, aplicando-se 10% da carga horária teórica total, para participar de integração e capacitação teórica na Entidade Contratada, para prévia qualificação, com Plano Didático ministrado integralmente pela Entidade, incluindo orientações relacionadas às formas de atendimento telefônico, urbanidade, relação interpessoal, ética e trabalho, qualidade na prestação dos serviços e higiene pessoal.

6.4.7. Após o período inicial de que trata o subitem 6.4.6, o aprendiz cumprirá até o fim do contrato a carga horária estabelecida no subitem 6.3.

6.4.8. Os aprendizes podem celebrar e desempenhar, concomitantemente, as atividades embutidas em dois contratos de aprendizagem, desde que os Programas de Aprendizagem possuam conteúdos distintos e que as horas de atividade prática e teórica de cada programa sejam somadas (Art. 414 da CLT e Art. 63, caput, do Decreto no 9.579/2018), para efeito da observância da jornada máxima diária (Art. 432 da CLT), em respeito aos direitos assegurados pelo ECA, principalmente em relação à garantia da frequência à escola regular e à observância da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Decreto nº 9.579/2018 e Arts. 67, inciso IV, e 69, inciso I, do ECA). No entanto, esta concomitância deve ser apurada pela Contratada.

6.4.9. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo entre a Conab e a Contratada, devendo, no máximo corresponder à data de término do contrato administrativo.

6.4.10. Na hipótese de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem profissional, a Contratada deverá providenciar a contratação de novo aprendiz no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a rescisão do contrato anterior, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por solicitação e justificativa da Contratada, de modo que a Conab não descumpra a cota mínima de aprendizagem.

6.4.11. A seleção dos aprendizes, também, priorizará a inclusão dos adolescentes e jovens que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 51-C da do Decreto nº 9.579/2018, conforme critérios definidos pela Conab.

6.4.12. A Contratada deverá apresentar e encaminhar à Conab, quando do ingresso dos aprendizes, os seguintes documentos:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Registro de empregados (menor aprendiz);
- c) Comprovante de matrícula no curso de aprendizagem;
- d) Carteira de trabalho e previdência social – CTPS, devidamente assinada pela Contratada;
- e) Cópia do RG e CPF do aprendiz;
- f) Cópia do RG e CPF do responsável legal;
- g) Comprovante de residência;
- h) Comprovante de cadastramento do menor aprendiz no regime do PIS/PASEP;
- i) Atestado de saúde ocupacional – ASO admissional;
- j) Relatório pedagógico;

6.4.13. A Contratada deverá apresentar, em caso de desligamento de aprendizes, os seguintes documentos:

- a) Termo de rescisão de contrato de trabalho com homologação;
- b) Guia de recolhimento rescisório do FGTS e da contribuição social, se for o caso;
- c) Aviso prévio e pedido de demissão, se for necessário;
- d) Atestado de saúde ocupacional – ASO demissional.

6.4.14. Para a comunicação com a Contratante e remessa de correspondência poderá ser utilizado o endereço eletrônico: mt.sereh@conab.gov.br

6.5. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

6.5.1. Não será exigida garantia dos serviços.

6.6. **DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

6.6.1. Para a perfeita execução do Programa de Aprendizagem, a Contratada deverá disponibilizar os seguintes materiais necessários aos jovens aprendizes, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.6.1.1. Material Didático para o Curso Teórico do Programa de Aprendizagem.

6.6.1.2. Conjunto de Uniformes, a cada 12 meses, contendo:

- a) 03 (três) camisas modelo pólo, com o logotipo da Contratada e Conab a, com a expressão "Jovem Aprendiz" (a cor e localização serão definidos pela Conab).
- b) 02 (duas) calças jeans na cor azul escuro;
- c) 01 (um) par de tênis na cor preta;
- d) 03 (três) pares de meia soquete na cor branca;
- e) 01 (um) casaco de manga comprida, com o logotipo da Contratada e Conab, com expressão "Jovem Aprendiz", (a cor e a localização serão definidos pela Conab);
- f) 01 (um) crachá/cordão e identificação com o logotipo da Conab.

6.6.1.3. A Contratada deverá apresentar à Conab, os comprovantes de distribuição do uniforme aos aprendizes no prazo de até 05 dias da ocorrência da data de entrega.

6.6.1.4. A Contratada também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido no item 6.6.1.2. sem qualquer custo adicional para a Contratante.

- a) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados ao jovem aprendiz.

6.6.1.5. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de boa qualidade, compatível com o clima da cidade de execução dos serviços, duráveis e que não desbotem facilmente.

6.6.1.6. No caso de jovem aprendiz com sobrepeso ou gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

6.6.1.7. Os jovens aprendizes deverão portar sempre, em local visível, crachá de identificação com fotografia recente, fornecido pela Contratada.

7. **DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM**

7.1. O Contrato de Aprendizagem reger-se-á pela Lei nº 10.097/2000, pelo Decreto nº 9.579/2018, pela Portaria MTE nº 3.872/2023 e demais normas que disciplinam a matéria, bem como por suas alterações posteriores.

7.2. Fica estabelecido que a execução do contrato observará, em todas as suas fases, a legislação vigente ao tempo de sua efetiva execução, independentemente da data de sua celebração, aplicando-se de forma imediata e automática as modificações legais e regulamentares supervenientes.

7.3. O Contrato de Aprendizagem é o contrato especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor que 24 anos, conforme previsto na CLT, inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas a essa formação.

7.3.1. A idade máxima de 24 anos prevista no Art. 428 § 5º da CLT não se aplica a aprendizes portadores de necessidades especiais.

7.4. O contrato de trabalho especial de aprendizagem, celebrado entre a Contratada e o aprendiz, será ajustado por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses vinculado à duração do curso de aprendizagem, incluindo neste período as férias dos aprendizes e assegurando ao aprendiz a inscrição no programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais (situações previstas no artigo 45, § 1º do Decreto nº 9.579/2018) e para sua validade exige-se:

- a) matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não tenha concluído o ensino médio;
- b) inscrição do aprendiz em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação da entidade qualificada;
- c) programa de aprendizagem desenvolvido em conformidade com a regulamentação do Ministério do Trabalho.

7.4.1. Para fins do contrato de aprendizagem a comprovação da escolaridade do aprendiz portador de deficiência deve-se considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

7.5. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, à faixa etária entre 14 e 18 anos, exceto quando:

- a) as atividades práticas de aprendizagem que ocorrer no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;
- b) a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos; e
- c) a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos aprendizes.
- d) A aprendizagem para as atividades relacionadas no subitem acima deverá ser ministrada para aprendizes de 18 (dezoito) até 24 (vinte e quatro) anos incompletos.

7.6. A seleção dos aprendizes, também, priorizará a inclusão dos adolescentes e jovens que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 51-C da do Decreto nº 9.579/2018, conforme critérios definidos pela Conab.

7.7. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes e aos jovens matriculados na educação básica.

7.8. O contrato de aprendizagem deverá apresentar correspondência obrigatória ao Programa de Aprendizagem e deverá indicar expressamente, conforme previsão do art. 377 da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021:

- a) O termo inicial e final, coincidentes com o prazo do Programa de Aprendizagem.

- b) Nome e número do curso em que o aprendiz está vinculado e matriculado, com indicação de carga horária teórica e prática e obediência aos critérios estabelecidos na regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência.
- c) A função, as jornadas diária e semanal, de acordo com a carga horária estabelecida no curso de aprendizagem, e o horário das atividades teóricas e práticas;
- d) A remuneração pactuada;
- e) Os dados do empregador, do aprendiz e da entidade qualificadora;
- f) O local de execução das atividades teóricas e práticas do curso de aprendizagem;
- g) A descrição das atividades práticas que o aprendiz desenvolverá durante o curso de aprendizagem; e
- h) O calendário de aulas teóricas e práticas do curso de aprendizagem.

7.9. O contrato do aprendiz com a Contratada extinguir-se-á no seu termo, quando completar o prazo para o qual foi contratado e/ou o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos ou, ressalvado as hipóteses previstas no § 5º do Art. 428 da CLT, ou antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, exceto para pessoa com deficiência contratada como aprendiz, quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
- II - Justa causa, nos termos do disposto no art. 482 da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- III - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino;
- IV - A pedido do aprendiz.

7.10. O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz em relação às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado por meio de laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e poderá ser considerada como razão de dispensa por parte da Contratante.

7.10.1. Não se aplicam o disposto nos Artigos 479 e 480 da CLT as hipóteses de extinção do Contrato mencionadas nos Incisos do Art. 71 do Decreto nº 9.579/2018.

7.10.2. A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses previstas no Art. 482 da CLT.

7.11. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo celebrado entre a Conab e a Contratada devendo, no máximo corresponder à data de término do contrato administrativo. Caso isso ocorra, a futura formadora deverá absorver os jovens que estejam no prazo do seu programa de aprendizagem com a Conab.

7.12. Na hipótese de extinção ou rescisão do Contrato da Conab com a Contratada, e, estando ainda os contratos de aprendizagem dentro do prazo de vigência estabelecido por Lei, estes passam a ser de responsabilidade da Contratada, à luz da legislação vigente.

7.12.1. Em caso de gravidez, a aprendiz prosseguirá com a aprendizagem prática, **respeitando os limites de vencimento do Contrato de Aprendizagem.**

7.12.2. **Em caso de rescisão ou extinção do contrato administrativo entre a Contratada e a Conab, caberá a Contratada a responsabilidade quanto ao contrato da aprendiz gestante.**

7.13. Nos casos de extinção ou rescisão de contrato de aprendizagem, a Contratada deverá iniciar a contratação de novo aprendiz nos termos do Decreto nº 9.579/2018, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a rescisão do contrato anterior, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por solicitação e justificativa da Contratada. A vigência do novo contrato de aprendizagem deverá, para tanto, obedecer ao prazo legal máximo de 24 meses.

7.14. A Contratada obriga-se a pagar e cumprir todas as exigências e encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e acidentários decorrentes da contratação, obrigando-se, a reembolsar à Conab as importâncias que esta for compelida a pagar por força de eventual decisão judicial ou administrativa relativa a obrigações da Contratada com os aprendizes, sendo permitido à Conab reter os pagamentos devidos por força deste Termo de Referência, aplicando-os na satisfação da obrigação inadimplida.

7.15. Fica expressamente pactuado, que se porventura a Conab for autuada, notificada, intimada ou mesmo condenada, em razão do não cumprimento em época própria de qualquer obrigação originária deste Termo de Referência atribuível a Contratante, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie.

7.16. A Contratada é a única e exclusiva responsável pelos contratos de trabalho dos aprendizes, não podendo ser arguida solidariedade da Conab, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre a Conab e os aprendizes utilizados na execução do objeto deste Termo de Referência.

7.17. Ao aprendiz, no exercício de suas funções, não será permitido transporte de valores, carregar peso excessivo, realizar serviços de copa e limpeza, bem como a realização de serviços de caráter pessoal para empregados da Conab e/ou Contratada (pequenas compras de alimentação, serviços de loteria, etc), não se responsabilizando a Contratada por perda ou extravio de documentos e valores a eles entregues indevidamente.

7.18. Os aprendizes executarão na Conab, atividades práticas, compatíveis com o aprendizado teórico, sendo necessária a rotatividade de tarefas com complexidade progressiva, segundo a organização curricular do programa de aprendizagem. Além disso, a parte teórica deverá contemplar outros conceitos teóricos que sejam úteis na futura vida profissional do aprendiz.

7.19. O número de jovens aprendizes contratados considerará o quantitativo máximo de 05 (cinco), e, em caso de rescisão/extinção de contrato de aprendizagem, observará a condição prevista no subitem 7.11 para o cumprimento da cota percentual mínima obrigatória.

7.20. O aprendiz cumprirá carga horária de 4 (quatro) horas diárias de atividades práticas e 4 (quatro) horas semanais de aprendizagem teórica, que deverão ser ministradas nas instalações da Contratada, em horário compatível com o escolar, conforme alteração estabelecida pela Portaria MTB nº 634/2018. Os horários de atividades práticas serão definidos com a Conab.

7.21. Ficam vedadas a prorrogação e a compensação de jornadas de trabalho, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do Art. 413 da CLT. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000).

7.22. Durante as folgas das atividades teóricas, os aprendizes deverão cumprir a jornada de trabalho na Conab.

7.23. As Convenções e Acordos Coletivos apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, art. 69 do Decreto 9.579/2018.

7.24. A Contratada deve comprovar junto à Conab a formalização do contrato com os aprendizes e sua inscrição no Programa de Aprendizagem.

8. DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

8.1. É o programa de aprendizagem técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnica-profissional metódica, elencada no artigo 430 da CLT, e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.

8.2. A Contratada deverá observar o cumprimento do Artigo 50 do Decreto nº 9.579/2018, tendo o Programa de Aprendizagem o registro aprovado no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego e validado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego – SPPE/MTE, na forma prevista na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021.

8.3. O programa de Aprendizagem Profissional definido para a Conab é o nível de formação inicial por Arco Ocupacional Administração - CBO 4110-05 - Auxiliar de Escritório e CBO 4110-10 Assistente Administrativo.

8.4. O programa desenvolvido pela Contratada e promovido aos aprendizes, deverá ser validado, diante das novas diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e observada a definição da carga horária teórica e prática estabelecida na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, conforme transcrito a seguir:

CBO 4110-05 Auxiliar de Escritório e CBO 4110-10 Assistente Administrativo

Carga horária total	Teórica
	mínimo - 400 h
mínimo – 1104 h	máximo - 920 h
máximo - 1840 h	Prática
até 23 meses	mínimo - 552 h
	máximo – 1288 h

8.5. O Art. 49, do Decreto nº 9.579/2018 estabelece que a formação técnico-profissional do aprendiz, obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino básico; horário especial para o exercício das atividades; e qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho.

8.6. A Contratada deverá manter em vigor e devidamente validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE seu registro no Cadastro Nacional de Aprendizagem e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, observando a Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, bem como o cadastro do programa do curso de aprendizagem, aprovado e validado pelo MTE, disponibilizado no site do MTE.

8.7. A distribuição da carga horária ao longo do curso, entre as atividades teóricas e práticas, ficará a critério da entidade qualificadora e da Conab.

8.8. A Contratada deverá ministrar, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária teórica no início do contrato, antes do encaminhamento do aprendiz para a prática profissional e distribuindo-se as demais horas no decorrer de todo o período do contrato de forma a garantir a complexidade progressiva das atividades práticas a serem vivenciadas na Conab (Portaria MTP 671/2021).

8.9. As atividades teóricas deverão ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino e à aprendizagem e com meios didáticos apropriados nas instalações da Contratada.

8.9.1. As atividades teóricas poderão ser realizadas na modalidade EaD ou híbridas, a critério da Contratada, com acompanhamento e avaliação da evolução do aprendiz.

8.9.2. A Contratada comunicará mensalmente à Conab a frequência dos aprendizes referente às aulas teóricas.

8.10. O curso de aprendizagem profissional deverá apresentar abordagem contextualizada dos seguintes conteúdos:

- comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;
- raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos;
- noções de direito trabalhista e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho, de direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
- empreendedorismo, com enfoque na juventude;
- educação financeira;
- informações sobre o mercado e o mundo do trabalho;
- inclusão digital, letramento digital, ferramentas de produtividade tais como editores de texto, planilhas e global, preferencialmente na forma transversal e integradora; e
- desenvolvimento de projeto de vida que inclua o processo de orientação profissional.

9. DA REMUNERAÇÃO DO APRENDIZ

9.1. A lei garante ao aprendiz o direito ao salário mínimo-hora, observando-se, caso exista, melhor condição salarial, podendo esta ser o salário mínimo regional ou o piso da categoria estabelecido em instrumento coletivo, quando houver previsão expressa de aplicabilidade ao aprendiz, conforme prevê o Art. 59 do Decreto nº 9.579/2018 e concordante com a equação abaixo:

a) Cálculo do salário base para Contrato de Aprendizagem de 20 horas:

Salário Mensal = **Salário-hora x horas trabalhadas semanais x semanas do mês x 7**

Hora Nua = 7,37

2º Passo – Cálculo Fator Semanal:
Nº de dias do mês dividido por 7

Número de dias do Mês	Número de Semanas do Mês
31	4,4285
30	4,2857
29	4,1428
28	4

3º Passo – Cálculo para um Contrato de 20 horas:

20 horas x 7,37 x nº semanas (fator semana)*x 7 dias (inclui folga remunerada)/6

20 horas x 7,37 x 4,4285 x 7/6= 761,55

* O fator semana a ser considerado pela CONAB é o de 31 dias (a Lei permite condições mais favoráveis) .

Salário= R\$761,55

9.2. Não serão descontadas do salário do aprendiz e nem acarretarão a perda do repouso semanal remunerado, ou do vale-refeição ou alimentação, as ausências decorrentes dos motivos abaixo, limitadas aos períodos indicados, devidamente comprovados:

- a) 02 (dois) dias consecutivos, contados da data do evento, em caso de falecimento de ascendente (pais e avós) descendente (filhos) ou de irmão.
- b) 03 (três) dias corridos, a contar do evento, no caso de casamento.
- c) 05 (cinco) dias corridos contados da data do nascimento do filho, inclusive na condição de natimorto, e no caso de adoção ou guarda.
- d) 01 (um) dia, na ocorrência de prova escolar em horário coincidente com a aprendizagem, exigida apresentação de comunicação formal da escola.
- e) 01 (um) dia para realização de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, devidamente comprovado.
- f) 02 (dois) dias para alistamento eleitoral ou transferência de título de eleitor.
- g) No período de tempo que tiver de cumprir as exigências do serviço militar.
- h) 01 (um) dia a cada 12 (meses) para doação de sangue, mediante comprovação.
- i) 01 (um) dia para realização de exame/consulta médica em horário coincidente com o da aprendizagem, mediante apresentação de “Atestado de Comparecimento”.
- j) Pelo prazo necessário, mediante documentação comprobatória, que deverá ser arquivada, por cópia, no dossiê do aprendiz existente na Conab, limitado ao fim da vigência do Contrato de Aprendizagem, nas seguintes hipóteses: durante o licenciamento compulsório por motivo de maternidade ou aborto e por motivo de acidente de trabalho ou enfermidade comprovada por atestado médico.

9.3. O retorno da aprendiz à aprendizagem após o término da licença maternidade ainda em estado de amamentação ensejará a redução da jornada em 1 (uma) hora, a título de descanso e exercício do direito à lactação, até que seu (sua) dependente complete 6 (seis) meses de idade. Esse benefício será concedido, preferencialmente, no início ou fim da jornada de aprendizagem.

9.4. Após o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de aprendizagem, o aprendiz terá direito a férias, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, à concessão de 30 (trinta) dias de férias que deverão coincidir com um dos períodos das férias escolares e com as férias do programa de aprendizagem, e serão comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme determina a legislação, sendo vedado o parcelamento e sua conversão em abono pecuniário.

9.5. A Contratada obriga-se a efetuar o pagamento dos proventos ao aprendiz até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

9.6. As faltas injustificadas nas atividades teóricas e práticas podem ser descontadas no salário do aprendiz, inclusive com reflexos no recebimento do repouso semanal remunerado e nos eventuais feriados da semana.

9.7. Podem ser descontadas as faltas que não forem legalmente justificadas (Art. 131 da CLT) ou autorizadas pelo empregador.

9.8. A falta injustificada acarretará o desconto no salário, de vale-refeição/alimentação e vale-transporte antecipados ao aprendiz, com base no cálculo proporcional ao(s) dia(s) de efetiva ausência. O débito correspondente será deduzido das respectivas verbas salariais constantes da fatura de serviços do mês subsequente, apresentada para fins de ressarcimento pela Contratada.

9.9. É vedado efetuar qualquer desconto no salário do aprendiz, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção ou acordo coletivo que lhes seja aplicável, conforme estabelece o Art. 462 da CLT.

9.10. A Contratada deverá fornecer vale-transporte aos aprendizes, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, para o deslocamento à Conab, incluindo o retorno à sua residência, acrescidos de vales-transportes para participação na aprendizagem teórica, a ser realizada na entidade formadora, para encontros semanais, de acordo com a Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, em conformidade com a legislação em vigor (Art. 70, Decreto nº 9.579/2018 e Lei nº 7.418/1985).

9.10.1. O vale-transporte fornecido deverá ser custeado integralmente pela Contratante, conforme Planilha de Custo e Formação de Preço apresentada à Conab, não cabendo qualquer participação por parte dos jovens aprendizes.

9.10.2. O valor do vale transporte será fornecido de acordo com a tarifa pública do município onde o jovem aprendiz é contratado, portanto é variável no decorrer da prestação de serviço.

9.11. A Contratada deverá fornecer vale-refeição/alimentação aos aprendizes em serviço na Conab, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, com valor facial de R\$12,00 (doze reais).

9.11.1. O vale-alimentação/refeição fornecido deverá ser custeado integralmente pela Contratante, conforme planilha de custo e formação de preço apresentada à Conab, não cabendo qualquer participação por parte dos jovens aprendizes.

9.12. O aprendiz terá o direito à alíquota do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de 2,0% (dois por cento) da remuneração devida ao aprendiz, em conformidade com o § 7º do Art. 15 da Lei nº 8.036/90 e do Art. 2º da Lei Complementar nº 110, de 29/06/2001; ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, em cumprimento à Norma Regulamentadora – NR 7; ao repouso semanal remunerado; ao seguro contra acidentes pessoais em favor do aprendiz, mediante apólice de seguro; à gratificação natalina (13º Salário) bem como serão ressarcidos do valor do salário do aprendiz, tributos, contribuições previdenciárias e outras obrigações sociais previdenciárias e trabalhistas instituídas por legislação específica.

9.12.1. Sobre o salário bruto do jovem aprendiz será descontado 7,5%, conforme previsto na legislação previdenciária vigente, garantindo a devida contribuição do aprendiz para a Seguridade Social.

9.13. A Contratada deverá manter em dia, e às suas expensas, apólice de seguro de acidentes de trabalho dos aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.

9.14. A Contratada deverá apresentar à Conab cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos aprendizes, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato dos aprendizes contemplados pelo referido seguro.

9.15. São vedadas ao aprendiz a prorrogação e a compensação de jornada de trabalho.

10. **DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

10.1. Durante a vigência do Contrato, a Conab, para avaliar a qualidade na execução dos serviços, adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo IV deste Termo de Referência.

10.2. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pela Conab.

10.3. Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela Contratada, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual.

10.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11. **DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

11.2. O recebimento será realizado pela fiscalização, conforme previsto neste Termo de Referência.

11.3. Ao final de cada período mensal, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR.

11.4. Será elaborado termo de recebimento provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do Contrato, os quais serão encaminhados ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

11.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

12. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto do contrato, na forma do art. 70 da Lei N.º 13.303/2016. É conveniente a dispensa dessa exigência, uma vez que, devido à natureza da contratação, o pagamento será efetuado somente após a prestação dos serviços. A garantia poderia, ainda, onerar o processo licitatório e ter grande impacto financeiro para a Contratada, que, necessariamente, será uma ESFL, o que faria com que os custos operacionais fossem repassados para o contrato.

13. **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o Contratante como responsável pela gestão do Contrato e pela verificação da aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela prestação dos serviços e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

13.2. Para cumprimento do Contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

a) Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;

b) Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

13.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente Contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos artigos 535 a 540 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

13.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

13.5. Nos termos dos artigos 543 e 544 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

13.6. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

13.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

13.8. A contratada deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:

- a) efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do Contrato;
 - b) fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da contratada para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;
 - c) zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e
 - d) zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.
- 13.9. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.
- 13.10. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a execução dos serviços.
- 13.11. A fiscalização, conforme artigos 545 à 548 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, avaliará constantemente a execução dos serviços e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Título 10 do Termo de Referência.
- 13.12. Durante a execução do objeto, a fiscalização monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 13.15. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do artigo 519 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 13.18. **A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:**
- 13.18.1. Solicitar comprovante da frequência nas aulas teóricas;
- 13.18.2. Conferir o pagamento do salário/benefícios dos aprendizes;
- 13.18.3. Solicitar o acompanhamento dos aprendizes junto aos respectivos supervisores no âmbito da Conab;
- 13.18.4. Encaminhar e solicitar a avaliação do aprendiz pelos supervisores em conjunto com a contratada.
- 13.18.5. Controlar as vigências dos contratos de aprendizagem em relação ao contrato administrativo com a Contratada.
- 13.18.6. Receber comprovantes de distribuição de uniformes e crachás aos aprendizes, anualmente.
- 13.18.7. Monitorar o agendamento de férias dos aprendizes.
- 13.18.8. Controlar as ocorrências de rescisão e extinção dos contratos de aprendizagem.
- 13.18.9. Verificar a anotação na CTPS após a contratação dos aprendizes.
- 13.18.10. Receber da Contratada relatório de frequência escolar dos aprendizes, semestralmente, quando for obrigatório.
- 13.19. Verificar no início do contrato:
- I - **Da instituição contratada**
 - a) Carta designando preposto ou prepostos, bem como supervisor responsável pelo acompanhamento dos aprendizes, devendo ser providenciada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato).
 - II - **Do aprendiz**
 - a) a) Relação nominal dos aprendizes, contendo nome completo, número/órgão expedidor/data de expedição do RG, número do CPF, número e série da CTPS e endereço residencial;
 - b) Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação e do registro de trabalho);
 - c) ASO admissional (Atestado de saúde ocupacional);
 - d) Comprovantes de admissão: ficha de registro, contrato de aprendizagem, plano de aprendizagem.
- 13.20. Verificar ao término do contrato e/ou na rescisão do contrato do aprendiz
- a) Aviso prévio assinado;
 - b) Termo de rescisão do contrato assinado;
 - c) Recibo de pagamento rescisório assinado;
 - d) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - e) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada aprendiz dispensado; e
 - f) Exames médicos demissionais dos aprendizes dispensados.
14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 14.1. São obrigações da Contratante:
- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designado;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

14.2. Formalizar as oportunidades de aprendizagem, em conjunto com a Contratada, atendendo as condições definidas na Lei 10.097/00;

14.3. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem;

14.3.1. A ausência de correlação entre as atividades práticas executadas pelo aprendiz e as previstas no programa de aprendizagem implicará em descaracterização do contrato de aprendizagem e acarretará sua nulidade, sujeita às penalidades previstas no art. 80, inciso II, §1º e §2º da Instrução Normativa nº 02, de 08/11/2021.

14.4. Realizar o acompanhamento do aprendiz durante o módulo prático, orientando, esclarecendo e estimulando o mesmo durante o processo de aquisição de conhecimentos práticos, observando as limitações impostas à prestação dos serviços pelos aprendizes, dentre as quais:

- a) é vedada a prorrogação e a compensação de jornada, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 413 da CLT;
- b) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em ambientes insalubres, perigosos e ofensivos;
- c) é vedada a prestação de serviços pelo aprendiz em tarefas penosas, extenuantes ou que exijam desenvolvimento físico ou psíquico não condizente com a sua capacidade;
- d) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em atividades externas;
- e) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem;
- f) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em horário noturno ou que não permita a frequência do jovem à escola;
- g) é vedado exigir do jovem aprendiz o porte de documentos sigilosos ou numerário, ainda que em circulação nos ambientes internos do Conab.

14.5. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei n.º 8.069 de 13/07/90 e a Portaria n.º 20 de 13/09/01, do MTE/SEFIT;

14.6. Oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do Art. 405º da CLT;

14.7. Colaborar com o monitoramento e avaliação do programa e participar da formação teórica quando houver solicitação da Contratada (aulas, palestra e visitas);

14.8. Acompanhar o desempenho das atividades práticas desenvolvidas pelo jovem aprendiz, mediante aplicação do instrumento de avaliação comportamental que será respondido pelo supervisor em periodicidade semestral;

14.9. Prestar informações à Contratada a respeito do comportamento, atitudes, eficiência, educação e progresso dos jovens, quando solicitada e sempre que o julgar necessário;

14.10. As aulas teóricas deverão observar a vedação contida no § 1º do Art. 64 do Decreto 9.579/2018;

14.11. Garantir que o acesso ao processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvida no ambiente de trabalho;

14.12. Não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária;

14.13. Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados a Contratada, quando solicitado;

14.14. Informar e solicitar a manifestação expressa da Contratada, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem, nos termos da legislação vigente;

14.15. Efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo Adolescente Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência;

14.16. Remeter mensalmente à Contratada, a folha de ponto do Adolescente Aprendiz, devidamente assinado e atestado pela Conab;

14.17. Indicar formalmente um monitor para cada aprendiz, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos, de acordo com o Programa de Aprendizagem, observando, também, se o trabalho executado pelo menor é prejudicial a sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, proporcionando ao menor todas as condições e facilidades para mudar de função, quando for o caso;

14.18. Fiscalizar, mensalmente, o efetivo pagamento dos aprendizes contratados;

14.19. Observar as restrições legais quanto ao trabalho dos adolescentes;

14.20. Fiscalizar quanto aos princípios estabelecidos no Art. 49, do Decreto 9.579/2018, no sentido de garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino básico, horário especial para exercício das atividades promovendo, a qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho;

14.21. Comunicar à Contratada eventual falta cometida por aprendiz, por escrito, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, em caso de falta capitulada como justa causa para a rescisão do contrato do jovem com a Contratada, nos termos da legislação trabalhista;

14.22. Comunicar imediatamente à Contratada todo acidente que ocorrer com o aprendiz, no horário regulamentar, para que sejam tomadas as providências cabíveis;

14.23. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 15.1.1. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação e ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 15.1.2. Contar com estrutura adequada e com condições de segurança e saúde em conformidade com as regras do Art. 405 da CLT, para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino.
- 15.1.3. Disponibilizar contato via telefone, correio eletrônico e aplicativo de mensagens (Whatsapp, Telegram e outros semelhantes) e manter à disposição, a qualquer momento, de segunda a sexta-feira preposto para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados ao objeto.
- 15.1.4. Disponibilizar preposto no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser alterado com prévia justificativa aprovada pela fiscalização da Contratante.
- 15.1.5. Receber os adolescentes interessados, conduzir o processo seletivo e informar a Conab os nomes dos aprendizes aprovados, para contratação e encaminhá-los à Contratante.
- 15.1.6. Informar a Conab, por escrito, imediatamente após a assinatura do instrumento de Contrato, e após realização de processo seletivo, a relação nominal dos menores aprendizes e demais prepostos utilizados na sua execução, contendo nome completo, carteira de identidade (número/órgão expedidor/data de expedição), e endereço residencial, nome dos pais, devendo as respectivas alterações serem imediatamente comunicadas a Conab.
- 15.1.7. Contratar os adolescentes, na condição de aprendiz, obedecendo a legislação específica, especialmente a Consolidação das Lei de Trabalho, atendendo as condições definidas na Lei nº 10.097/00, regulamentada pelo Decreto nº 9.579/18 e leis previdenciárias, no que for aplicável.
- 15.1.8. Formalizar o Contrato de Aprendizagem, incluindo esclarecimentos necessários aos pais ou responsáveis do jovem e ao próprio estudante, registrando as anotações necessárias na Carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado;
- 15.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias que dizem respeito ao jovem encaminhado a Conab, tais como: pagamento de salários, INSS, FGTS, férias, PIS, acidente de trabalho, aviso prévio, rescisões de contrato de trabalho e outros.
- 15.1.10. Assegurar ao aprendiz os seguintes direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem, respeitadas as anotações dispostas no Art. 57, § 2º, do Decreto 9.579/2018:
- 15.1.10.1. Registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 15.1.10.2. Garantia do salário-mínimo / hora mensal;
- 15.1.10.3. Contrato de aprendizagem com duração máxima de até dois anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais;
- 15.1.10.4. Matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não tenha concluído o ensino médio, e inscrição no programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- 15.1.11. Promover os cursos de aprendizagem para os jovens aprendizes, sem ônus para a Conab, e em conformidade com a carga horária validada, pelo então Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quando do cadastro dos cursos de aprendizagem oferecidos pela Contratada no Cadastro Nacional de Aprendizagem.
- 15.1.12. Manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária, parte integrante do Projeto Pedagógico que deverá estar disponível e aprovado pelo MTE e quando solicitado deverá ser fornecido a Conab, nos termos da legislação vigente.
- 15.1.13. Executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, garantindo a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática, acompanhando a execução das atividades práticas no âmbito da Unidade Concedente de Aprendizagem, de acordo com o quantitativo de aprendizes lotados na Sureg/MT.
- 15.1.14. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades teóricas correlacionadas com as atividades práticas previstas no programa de aprendizagem, sem contudo prejudicar os adolescentes nas atividades discentes, concedendo-lhes o tempo que for necessário para frequência às aulas.
- 15.1.15. Garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino básico, horário especial para exercício das atividades e promover a qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho, conforme princípios estabelecidos no Art. 49 do Decreto 9.579/2018;
- 15.1.16. Providenciar a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.
- 15.1.17. Providenciar os uniformes aos aprendizes e enviar o comprovante de entrega à Conab.
- 15.1.18. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 e a Portaria nº 20 de 13/09/2001 do MTE/SEFIT.
- 15.1.19. Promover palestras informativas aos orientadores dos aprendizes da Conab, localizados em Várzea Grande/MT, Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, visando qualificá-los ao bom desempenho na operacionalização deste Programa.
- 15.1.20. Manter um supervisor responsável pelo acompanhamento dos menores aprendizes, ao qual a Conab se reportará sobre todo e qualquer assunto relacionado aos mesmos. Esse supervisor acompanhará os trabalhos dos menores aprendizes através de visitas periódicas a Conab, que poderão ser realizadas mensalmente ou sempre que a Contratante solicitar.
- 15.1.21. Manter mecanismos de acompanhar mediante a realização de reuniões bimestrais com os aprendizes, no sentido de avaliar o desenvolvimento de suas atividades práticas na Conab, visando identificar se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, informando a Conab por relatórios, na hipótese do art. 407 da CLT, proporcionando ao menor todas as facilidades para mudar de função ou mudar de serviço.
- 15.1.22. Fiscalizar a execução dos serviços, através de responsável pelo contrato, comprometendo-se a substituir o menor aprendiz que demonstrar atuação insatisfatória no desempenho de suas funções ou que, em razão de comportamento indevido, tenha a sua permanência em serviço considerada prejudicial ou inconveniente pela Conab.
- 15.1.23. Promover a avaliação periódica do aprendiz, no tocante ao Programa de Aprendizagem.
- 15.1.24. No caso de problemas de aprendizagem prática, a orientação do aprendiz e seus representantes legais deverá ser realizada pela Contratada, se sua situação na Contratante não apresentar modificações, o aprendiz poderá ser advertido pela Contratada, ou ainda suspenso, podendo ser demitido pela Contratada, com anuência do Contratante, na impossibilidade de melhoria.
- 15.1.25. Acompanhar a frequência escolar dos jovens aprendizes vinculados ao presente contrato, encaminhando à fiscalização da Contratante a declaração de frequência escolar.
- 15.1.26. Informar a Conab, todas as inscrições, mantendo o controle de frequência e do rendimento dos adolescentes no módulo teórico do curso

de aprendizagem e nas atividades práticas, mediante relatórios mensais e folhas de frequência e, ainda, quando do desligamento do adolescente no programa.

15.1.27. Informar a Conab, de imediato, sempre que identificada a irregularidade da frequência do aprendiz ao ensino regular, quando este estiver cursando o ensino fundamental, bem como encaminhar à Conab, bimestralmente, comprovando o vínculo escolar dos aprendizes, constando frequência e notas e no início do ano o comprovante da matrícula do aprendiz no ensino regular.

15.1.28. Manter mecanismos de acompanhar mediante a realização de reuniões bimestrais com os aprendizes, no sentido de avaliar o desenvolvimento de suas atividades práticas na Conab, visando identificar se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, informando a Conab por relatórios, na hipótese do art. 407 da CLT, proporcionando ao menor todas as facilidades para mudar de função ou mudar de serviço.

15.1.29. Encaminhar a Conab a planilha de férias dos jovens aprendizes com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sendo vedado o parcelamento e a conversão em abono pecuniário, ainda que parcialmente. Preferencialmente as férias dos aprendizes deverão ser coincidentes com um dos períodos das férias escolares do ensino regular, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 136 da CLT, quando solicitado.

15.1.29.1. As férias poderão ser indenizadas ao final do contrato se a entidade formadora Contratada declarar expressamente, quando da assinatura do contrato, que não enfrenta condenações junto à justiça do trabalho por prática divergente da fixada neste.

15.1.30. Fornecer aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, certificado de qualificação, com validade em todo o território nacional, contendo especificação das disciplinas, rendimento e horas cursadas pelo Adolescente, bem como título e o perfil profissional para a ocupação na qual o Aprendiz foi qualificado, devendo ser assinado em conjunto com a Conab.

15.1.31. Efetuar os pagamentos salariais dos aprendizes abrangidos pelo contrato, bem como seus benefícios (vale-transporte e alimentação) no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

15.1.32. Apresentar, mensalmente, à Conab, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, comprovantes de pagamento de salário dos aprendizes (folha de pagamento e cópia do contracheque), entrega de vale-transporte e vale-alimentação/refeição, folha de frequência assinada pelos aprendizes, bem como o respectivo recolhimento dos tributos em geral, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a fatura do mês anterior.

15.1.33. Pagar quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade ou sobre a presente contratação, bem como na incumbência e responsabilidade pela administração e cumprimento de todos os direitos (encargos sociais e trabalhistas), que incidam ou venham a incidir sobre a presente contratação, prevista nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem.

15.1.34. Informar qualquer movimentação referente ao aprendiz por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (art. 1, parágrafo 1º, da Lei nº 4.923/65).

15.1.35. Relacionar o aprendiz na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informando no campo referente ao vínculo empregatício o código nº55, conforme instruções contidas no Manual de Informação da RAIS.

15.1.36. Manter em dia e às suas expensas apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez Permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.

15.1.37. Enviar à Conab cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes.

15.1.38. Dar ciência de que as convenções e acordos coletivos da Conab apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, Art. 69 do Decreto 9.579/2018.

15.1.39. Prestar os serviços contratados, obrigatoriamente, por profissional pertencentes ao quadro funcional da Contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação relacionados com o objeto deste Termo de Referência e a seleção do aprendiz que nos requisitos alusivos ao nepotismo, em observância ao Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e à CLT e Decreto nº 7.203/10.

15.1.40. Observar as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e as alterações constantes desta Instrução em especial quanto à produção dos documentos/relatórios e habilitação jurídica da Contratada.

15.1.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

15.1.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

15.1.43. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.44. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

15.1.45. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Conab, bem como atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do Contrato.

15.1.46. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que porventura sejam causados por seus menores aprendizes, empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da Conab, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso, em cada caso.

15.1.47. Atender ao prazo previsto no item 6.3.3 para apresentar à Sureg/MT, 05 (cinco) aprendizes para atuarem na Sede da SUREG/MT em Várzea Grande/MT, na UA Rondonópolis/MT e UA Sorriso/MT.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados.

16.1.1. Considera-se recebimento da Nota Fiscal/Fatura o momento em que Conab atestar a execução do objeto do Contrato, o que semente se dará após o recebimento do serviço.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

a) No prazo de até 02 (dois) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória da obrigação contratual;

b) No prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o Fiscal designado deverá realizar a análise de toda a documentação apresentada pela contratada, avaliar a execução por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e emitir Termo de Recebimento Provisório, com detalhamento da execução contratual, em consonância com suas atribuições e

encaminhá-lo ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo;

c) Constatadas impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela Contratada para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização, que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis contados da emissão do referido Termo;

d) Sanadas as impropriedades e/ou irregularidades a que se referem a alínea anterior, o Fiscal Funcional, no prazo de 02 (dois) dias corridos contados do efetivo saneamento das falhas, deverá elaborar relatório detalhado da execução contratual e encaminhar o Termo de Recebimento Provisório anteriormente emitido ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

e) No prazo de até 02 (dois) dias corridos contados a partir do recebimento do Termo de Recebimento Provisório mencionado nas alíneas anteriores, o empregado ou Comissão designada deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

e.1) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções no prazo concedido para a sua regularização dentro do estabelecido para o recebimento definitivo.

e.2) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

e.3) Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. A área competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do Contrato e da Conab; o período de prestação dos serviços; o valor apagar; e os tributos a serem retidos na fonte em cada contratação.

16.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Fiscal do Contrato condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e depois de verificada a regularidade fiscal da Contratada.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Conab.

16.7. O pagamento das obrigações assumidas será efetuado em até 30 dias seguintes ao da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, condicionado ao aceite dos serviços prestados e atesto do documento pelo empregado designado com esse fim e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, deverão ser tomadas as seguintes providências:

16.9.1. providenciar a comunicação ao Contratado, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

16.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

16.9.3. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

16.9.4. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

16.9.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz e pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

16.10. Nos termos do artigo 565 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.10.1. não produziu os resultados acordados;

16.10.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

16.11. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

16.11.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

16.13.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas — IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1 234 de 2012, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996;

16.13.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212 de 1991;

16.13.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 2003, combinada com a legislação municipal ou distrital sobre o tema; e

16.13.4. Demais tributos incidentes sobre a contratação.

16.14. Não haverá a retenção prevista no subitem 16.13 caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006.

16.15. Na hipótese de haver pendências na execução dos serviços por culpa da Contratada, o Contratante poderá suspender os pagamentos pertinentes até que sejam sanadas as pendências.

16.16. As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

16.17. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

17. **DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

17.1. Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação/reajuste dos preços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída nos artigos 500 a 507 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

17.1.1. Na repactuação dos preços a memória de cálculo das planilhas deve ser realizada com base no valor do salário mínimo hora dos aprendizes previsto no Art. 59 do Decreto nº 9.579/18, considerando-se o valor do salário mínimo nacional vigente.

17.1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- para os custos relativos à mão de obra: a partir da publicação no novo salário mínimo nacional, vigente à época da apresentação da proposta, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos custos, por meio de planilha de custos;
- para os custos que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- para os custos sujeitos à variação de preços de mercado (insumos não decorrentes de mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do edital.
- para os custos relativos a insumos/taxas será utilizado a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

17.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.3. **É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.**

17.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários a execução do serviço.

17.5. A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos serviços objeto deste Termo de Referência.

17.6. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

17.7. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data em que o contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente ou, ainda, na data do encerramento do contrato. Serão objeto de preclusão as repactuações a que a Contratada fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento desses eventos.

17.8. Caso na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido publicado o novo salário mínimo e/ou divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente.

17.9. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.10. O prazo referido no subitem 17.9 ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

18. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.
- 20.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.
- 20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.
- 20.4. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do Regulamento e Licitações e Contratos da Conab, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.
- 20.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à Contratada, observando-se as regras previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 20.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.
- 20.7. **Da sanção de advertência:**
- 20.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.
- 20.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 15.5.
- 20.8. **Da sanção de multa:**
- 20.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a **1% (um por cento) sobre o valor estimado** para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab deverá ser aplicada multa correspondente **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado** para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor homologado** para a licitação em questão;
- d) multa moratória de **0,2 % (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15(quinze) dias;
- e) multa moratória de **0,3% (três décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias.
- f) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- g) multa compensatória no percentual de **1% (um por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de **1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato**, no caso de inexecução total do Contrato;
- i) multa rescisória de **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato**, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- j) multa de **0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

INFRAÇÃO

DESCRIÇÃO	GRAU
a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
b) Suspende ou interrompe, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
c) Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
d) Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:	
e) Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	02
f) Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
g) Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência;	03
h) Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato, por dia;	01
i) Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada, por funcionário;	01

TABELA 2

GRAU CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% sobre o valor mensal
2	0,4% sobre o valor mensal
3	0,8% sobre o valor mensal
4	1,6% sobre o valor mensal
5	3,2% sobre o valor mensal

k) multa compensatória no caso de serviço prestados sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos. multa compensatória definida no IMR - Instrumento de Medição de Resultado, Anexo V do Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos.

l) dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato. Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

20.9. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

20.10. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.11. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

20.12. Da sanção de suspensão:

20.12.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

20.12.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02(dois) anos, será aplicada de acordo com os artigos 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

20.12.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

20.12.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

a) Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

b) A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os artigos 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab (RLC) e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

c) Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab (RLC), poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

d) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Artigos 568 a 572 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

21.2. A rescisão poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito da Conab;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

c) judicial, por determinação judicial.

21.3. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.4. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

21.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

21.6. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:

a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;

b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e

c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

21.7. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

21.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

22. **DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

22.1. Conforme disposto no parágrafo único do artigo 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e pela contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Conab, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

23. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

23.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no artigo 10 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

23.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

24. **DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**

24.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o Contratante e a Contratada e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

24.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

24.3. A Contratada não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

25. **DA PROTEÇÃO DE DADOS**

25.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

25.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

25.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

25.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

25.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

25.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

25.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

25.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o

Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

25.9. As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

26.

27. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

27.2. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

27.3. A Contratada se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo Contratante para execução do contrato.

27.4. Para efeito desse contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

27.5. A Contratada assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

27.6. Qualquer medida que implique alteração dos direitos e/ou obrigações aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito da Conab e será obrigatoriamente ratificada através de Termo Aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

27.7. Nas ocorrências de situações não previstas neste Termo de Referência, deverá ser obedecido o que preceitua a CLT (Consolidações de Leis Trabalhistas) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no tocante ao cumprimento do Programa de Jovens Aprendizizes.

27.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

27.9. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

Anexo I - Matriz de Riscos;

Anexo II - Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo III - Termo de Recebimento;

Anexo IV – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR);

Elaborado por:

Área Demandante/Área Técnica:

(assinado digitalmente)

Solange Ferreira de Moraes

Setor de Recursos Humanos

Analista de Recursos Humanos

Revisado por:

Área Demandante/Área Técnica

(assinado digitalmente)

Fátima Áurea Silva Moraes

Setor de Recursos Humanos

Encarregada de Setor

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, **aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor**, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço.

Área Demandante/Área Técnica

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

MATRIZ DE RISCOS

Objeto: Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro. s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.

Identificação					Avaliação			Tratamento ao Risco	
Item	Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Responsável (8)
1	Planejamento	Estimativa de custos equivocada.	Dificuldade em obter propostas orçamentárias. Valores referenciais inadequados ao mercado	Resultados licitatórios com preços divergentes do mercado	2	3	6 (Médio)	Realização de ampla pesquisa de mercado. Estipular parâmetros adequados ao mercado no TR e Edital.	Contratante
2	Planejamento	Insuficiência de conhecimento técnico.	Alterações da legislação.	Termo de Referência inadequado ou incompleto. Não aprovação do TR	2	3	6 (Médio)	Fundamentar o TR com base em contratações similares e em conformidade à legislação vigente	Contratante
3	Planejamento	Não aprovação do planejamento	não observância às disposições do RLC no que concerne ao planejamento	Paralisação ou atraso no processo de contratação. Realizar o planejamento observando as diretrizes do RLC	3	2	6 (Médio)	Realizar o planejamento observando as diretrizes do RLC	Contratante
4	Planejamento	Morosidade na execução do processo licitatório	Falta de pessoal na área de licitações	Atraso no processo de contratação e disponibilização do serviço.	1	3	3 (Baixo)	Interagir com a área de licitações e alinhar os procedimentos para contratação	Contratante
5	Seleção de Fornecedores	Ausência ou número insuficiente de fornecedores interessados	Critérios de prestação de serviço fora da realidade de mercado ou limitantes, com condições excessivas	Não contratação do serviço por meio de processo licitatório. Possibilidade de descumprimento da lei que obriga as empresas a contratarem	1	4	4 (Médio)	Garantir no momento da elaboração do termo de referência e edital que todos os parâmetros estejam adequados ao mercado.	Contratante

6	Seleção de Fornecedores	Erro na estimativa dos valores da prestação de serviços.	Valores referenciais inadequados ao mercado e má elaboração do pedido de orçamento	Super ou subfaturamento no valor do contrato	1	3	3 (Baixo)	Realizar pesquisa de mercado com fornecedores, obtendo o preço aproximado do praticado pelo mercado	Contratante
7	Seleção de Fornecedores	Licitação deserta	Excesso de condições que fogem da prática de mercado	Não contratação do objeto por meio de processo licitatório	1	3	3 (Baixo)	Planejar a contratação com base em contratações similares e com a prática de mercado. Razoabilidade nas exigências estabelecidas	Contratante
8	Gestão do Contrato	Término do contrato de serviços vigente sem finalização do processo licitatório do novo contrato	Morosidade ou condições imprevistas na execução do processo licitatório.	Interrupção da prestação de serviços. Possibilidade de interrupção do Programa de Aprendizagem. Possibilidade de multas da inspeção do trabalho.	2	3	6 (Médio)	Rigorous controle do cronograma da licitação por todas as áreas envolvidas.	Contratante
90	Gestão do Contrato	Divergência entre os serviços prestados com os serviços especificados no TR	Impossibilidade de cumprir as demandas estabelecidas no certame. Gestão Ineficiente	Serviço não realizado e/ou com qualidade inferior à exigida. Sanções previstas no TR.	2	3	6 (Médio)	Aplicação das sanções cabíveis previstas no TR.	Contratante
10	Gestão do Contrato	Perda de habilitação e qualificação da contratada durante a execução do contrato.	Gestão Ineficiente Não manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.	Paralisação da prestação de serviços. Sanções previstas no TR. Atraso de pagamento ao Contratado. Impossibilidade de continuidade do contrato, gerando a necessidade de realizar nova licitação	2	2	4 (Médio)	A Contratada deverá manter atualizadas as habilitações e qualificações conforme legislação específica. Fiscalizar a validade das habilitações	Contratada
11	Gestão do Contrato	Interrupção do Serviço	Falha na logística de atendimento do fornecimento dos jovens aprendizes	Suspensão do Serviço de recrutamento	1	3	3 (baixo)	Definir previamente prazo para atendimento da solicitação de jovens aprendizes com a Conab e aplicar, se necessário, sanções previstas	Contratante

12	Gestão do Contrato	Ausência de orçamento da ESFL para pagamento da remuneração dos aprendizes	Gestão Ineficiente	Atraso no pagamento dos jovens aprendizes Sanções previstas no TR	2	3	6 (Médio)	Controle rigoroso do orçamento para cumprimento das obrigações contratuais. Aplicação de sanções previstas no TR.	Contratante
13	Gestão do Contrato	Ausência de mão de obra	Não comparecimento do quantitativo contratado de pessoal para a execução do serviço	Interrupção/Suspensão do Serviço	2	3	6 (Médio)	Acompanhar a frequência, a execução do serviço e aplicar, se necessário, sanções previstas	Contratante/Contratada
14	Gestão do Contrato	Falência do Contratado	Falha nas gestões administrativa e financeira	Suspensão no Serviço de Fornecimento de Jovens Aprendizes e procedimento para dispensa ou nova licitação	2	3	6 (Médio)	Verificar as certidões do SICAF e acompanhar e fiscalizar constantemente	Contratante/Contratada

1 Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.

2 O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

5 A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se o contratado ou o contratante.

Elaborado por: Solange Ferreira de Moraes Supervisionado por: Fátima Áurea Silva Moraes Autorizado por: Luiza de Sousa Farias

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Objeto: Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos - ESFL para a prestação de serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação, acompanhamento e disponibilização de jovens aprendizes junto a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/Superintendência Regional de Mato Grosso.

A empresa _____ (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo) _____, telefone: (DDD) _____ - _____, e-mail _____, vem apresentar sua proposta de preço para a prestação dos serviços objeto da presente licitação.

Serviços	Custo Unitário	Quantitativo	Custo Mensal	Custo Total/ano
Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro. s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.		5		
Valor global da contratação para o período de 60 meses (5 anos)				R\$

*No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que compõe o Módulo I desta proposta.

MODULO I - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO)

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES A CONTRATAÇÃO)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Número de Meses de Execução Contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis e Sorriso, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – JOVEM APRENDIZ – CONAB/MT

1.	ENTIDADE:	
2.	ENDEREÇO:	
3.	CNPJ:	
	Salário mínimo de referência (nacional) 2026	R\$ 1.621,00
	Coeficiente Salário mínimo/hora	R\$ 7,37
	Valor	R\$ 761,55

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – JOVEM APRENDIZ – CONAB/MT

1.	REMUNERAÇÃO				
	Descrição do Item	Unid	Quant	Val Ref	Total

	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
1.1	Salário Bruto (referente a 4 horas diárias)	hora	100		
1.2	Subtotal Remuneração				
2	ENCARGOS SOCIAIS				
2.1	GRUPO A				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.1.1	INSS	percentual			
2.1.2	FGTS	percentual	2,00%		
2.1.3	PIS	percentual			
2.1.4	Total do Grupo A				
2.2	GRUPO B				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.2.1	Férias (1/12)	percentual	8,33%		
2.2.2	Adicional 1/3 de Férias	percentual	2,78%		
2.2.3	13º Salário (1/12)	percentual	8,33%		
2.2.4	Total do Grupo B				
2.3	GRUPO C				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.3.1	Incidência do FGTS sobre Férias/Adicional/13º salário (B)	percentual	2,00%		
2.3.2	Total do Grupo C				
2.3.3	Subtotal do Grupo A + B + C				
3	BENEFÍCIOS				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
3.1	¹ Vale transporte (R\$5,95x2)	dia	22		
3.2	² Vale Alimentação/Refeição	mês	22		
3.3	Subtotal Benefícios				R\$ 525,80
4.	INSUMOS				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
4.3	PCMSO	mês	1		
4.4	Seguro de Vida	mês	1		
4.5	Uniforme (03 camisas pólo, 02 calças jeans, 01 tênis preto, 3 pares de meia , 01 casaco de manga comprida, por ano)	mês	1		
4.6	Crachá/Cordão	mês	1		
4.7	Subtotal Insumos				
5.	GESTÃO ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL E EDUCACIONAL				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
5.1	Capacitação, Supervisão e Acompanhamento pedagógico, Gestão Trabalhista, Encaminhamento, Seleção e Acompanhamento, Material Didático, Gestão Institucional, Capacitação Técnico-Profissional Metódica	mês	1		
5.2	Subtotal Gestão Adm-Operacional e Educacional				
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO POR JOVEM APRENDIZ					
Total dos Itens que Compõe a Planilha					Valor (R\$)
Subtotal da Remuneração (1.2)					
Subtotal dos Encargos Sociais (2.3.3)					
Subtotal dos Benefícios (3.3)					
Subtotal dos Insumos (4.7)					

Subtotal da Gestão Administrativa-Operacional e Educacional (5.2)		
	Valor Mensal do Serviço por Aprendiz	
QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DO SERVIÇO		
A	Valor mensal por Aprendiz	
B	Valor Mensal para 5 (cinco) Aprendizes (A x 5)	
C	Valor Anual Total (B x 12 meses)	
D	Valor Quinquenal (C x 5)	

Nota 1: Para fins de licitação, foi considerando o valor da tarifa pública de R\$5,95 definido pelo órgão municipal para Cuiabá/Várzea Grande. O valor será correspondente a necessidade do jovem aprendiz para deslocamento: casa X ConabX casa, acrescidos dos vales para participação na aprendizagem teórica, sem descontos de participação. O valor do vale transporte é variável e será de acordo com a tarifa pública do município (Cuiabá/Várzea Grande, Rondonópolis e Sorriso) onde o aprendiz realizar a aprendizagem prática e teórica.

Nota 2: considerando o valor alimentação/refeição no valor facial de R\$12,00 (doze reais) de acordo com os dias úteis/mês, definido pela Conab sem descontos de participação.

Nota 1: Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa, e que sejam atendidas às exigências mínimas estabelecidas neste termo de referência e na legislação vigente.

Nota 2: A planilha é simplesmente o modelo para demonstração da composição de custos, portanto cada instituição poderá apresentar a sua própria planilha.

1. DA PROPOSTA/SERVIÇOS OFERTADO

- **Valor Total Proposto:** _____ (Valor por extenso) _____.
- Ainda, registramos que a presente proposta é válida por _____ dias, contados a partir da data de apresentação desta proposta. *(não pode ser inferior a 60 dias).*
- Declaramos o pleno conhecimento e concordância com todas as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e nos seus anexos.

2. DECLARAÇÕES:

A empresa _____, CNPJ nº _____, localizada no _____ representada pelo(a) Sr(a) _____ declara:

1. a inexistência de fatos impeditivos para contratação com a Conab.
2. que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
3. que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
4. o cumprimento de cota aprendizagem, de não utilização de trabalho degradante ou forçado e de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.
5. que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento do produto objeto desta Dispensa de Licitação, inclusive, todos os impostos (IOF, ICMS e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Para fins de pagamento

Dados Bancários:

Banco:

Agência nº:

Conta-Corrente nº:

Para fins de confecção do Contrato

Dados do representante legal da empresa:

Nome:

RG:
CPF:
Cargo/Função:

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026

Identificação e assinatura do responsável sob carimbo

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO

1. Termo: () Provisório () Definitivo Simplificado
2. Objeto (Descrição do objeto contratado) Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro. s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.
3. Contratada (Razão social da empresa contratada)
4. Número do Processo
CONFERÊNCIA DO OBJETO
Conferência Quantitativa
5. Tipo de Conferência Quantitativa: () Medição ou contagem integral () Por amostragem () Por aproximação () serviços realizados () Outros (especificar):
6. Observações - Processo Seletivo e Contratação de jovens aprendizes; - Realização do Curso de Capacitação Inicial ou - Curso Teórico do Programa de Aprendizagem; - Pagamento de salários e benefícios dos aprendizes; - Realização de desligamento e pagamento das respectivas rescisões; - Entrega de Uniformes/Crachás; - Entrega de Certificados de Qualificação Profissional.
CONFERÊNCIA QUALITATIVA
7. Elementos Conferidos: () Materiais aplicados () Equipamentos instalados () Serviços realizados () Outros (especificar):
8. Observações
9. Método de Conferência: () Ensaio/Teste () Vistoria () Laudos () Outros (especificar):
10. Observações
OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO
11. Foi registrada ocorrência durante a execução do objeto?* () Sim () Não
<i>* falhas, defeitos, vícios, incorreções, providências, medidas corretivas, danos, desvios, etc.</i>
12. Se sim, Especificar: (data e fato): atrasos, inexecução parcial, descumprimento de cláusulas contratuais

PENDÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO	
13. Foi registrada pendência na execução do objeto? () Sim () Não	
14. Se sim, Especificar	
15. Recomendações para recebimento do objeto	
O objeto foi recebido nas circunstâncias e condições acima descritas.	
16. Local e Data :	
17. Assinaturas: (nome por extenso, para vínculo às assinaturas eletrônicas)	
_____ FISCAL, COMISSÃO OU TITULAR	_____ CONTRATADA

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	
Nº 01 - Controle de verificação das ocorrências do Curso Teórico	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento do calendário das aulas teóricas do Programa de Aprendizagem
Meta a cumprir	100% das aulas do Curso Teórico ministradas
Instrumento de Medição	Calendário do Programa de Aprendizagem e Controles de Frequência dos aprendizes
Forma de acompanhamento	Conferência dos controles de frequência encaminhados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Número mensal de aulas ministradas /Número Total Mensal de Aulas = X
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências das aulas teóricas/mês, e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto.
Ocorrência/Pontuação	- Não realização de aula do curso teórico programada para o mês. = 0,5 ponto por dia - Não reposição da aula não ministrada = 1,0 ponto por dia
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela.
Observações	Todas as aulas não ministradas deverão ser remarcadas em conformidade com o calendário do Programa Pedagógico. Outras sanções poderão ser aplicadas, caso não haja reposição, após notificação da Conab, conforme estabelecido no TR

INDICADOR

Indicador 2	
Nº 02 - Controle de distribuição de uniformes/crachá	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a distribuição de uniformes e crachás aos aprendizes, conforme especificado no item 7.6 do TR
Meta a cumprir	100% dos aprendizes uniformizados
Instrumento de Medição	Comprovante de compras e recibo de entrega aos aprendizes
Forma de acompanhamento	Conferência dos comprovantes

Periodicidade	Anual
Mecanismo de cálculo	Cada comprovante será verificado e valorado individualmente. N° de conjunto de uniformes entregues/N° total de aprendizes contratados = X
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências de distribuição de uniforme e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela.
Faixas de ajuste no pagamento	- Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos aprendizes, nos prazos e condições previstas no TR = 0,5 ponto por dia - Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do aprendiz ou excessivamente danificada ou cuja qualidade seja inadequada = 1,0 ponto por dia
Observações	A distribuição de uniformes será realizada anualmente: *A primeira entrega na contratação do aprendiz e a segunda, após 1 ano. Outras sanções poderão ser aplicadas, caso os uniformes não sejam distribuídos, após notificação da Conab, conforme estabelecido no TR.

INDICADOR

Indicador 3	
N° 03 - Prazo de atendimento de demandas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas da Conab
Meta a cumprir	24 horas
Instrumento de Medição	Solicitações/consultas anexas ao processo
Forma de acompanhamento	E-mails e requerimentos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada solicitação será verificada e valorada em totais mensais. Percentual de solicitação não atendidas /total de solicitações. = X
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências de falta de atendimento e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto (Cada falta será verificada e valorada individualmente. N.º de falta/12 = X
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela
Faixas de ajuste no pagamento	- Deixar de atender as solicitações da Conab no prazo estipulado = 0,5 ponto por dia de atraso - Não atender às solicitações da Conab = 1 ponto por dia
Observações	

TABELA DE DESCONTOS

TABELA DE DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,00 a 5,00	0,5% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,00	1% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,00	2% de desconto sobre o calculado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,00	3% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,00	4% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,00	5% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência

20,1 a 25,00	7% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,00	10% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada no mês seguinte

Cuiabá, 05 de março de 2026

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

SUREG-MT/GEFAD-MT/SEREH-MT

PROCESSO nº 21447.000033/2026-28

Contrato Nº: [número do Contrato]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E A EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO, SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES PARA A SUREG/MT EM ATENDIMENTO A LEI DO APRENDIZ Nº 10.097/2000.

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, conforme Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.401 de 23 de janeiro de 2023, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada aos 16 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 25 de janeiro de 2024, Edição 57, Seção 1, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", Lote 69, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.461.699/0001-80, Inscrição Estadual nº 07.312.777/001-70, por intermédio da Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso, CNPJ nº **26.461.699/0003-42**, localizada na Rua Aníbal Molina Ribeiro, s/n, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, CEP 78.115-903, representada pela Superintendente Regional, **Sra. FRANCIELLE TONIETTI CAPILÉ GUEDES**, nomeada pela Portaria nº 111 de 28/03/2022 e pela Gerente de Administração e Finanças, **Sra. LUÍZA DE SOUSA FARIAS**, nomeado pela Portaria nº 431 de 28/11/2024, parte doravante denominada **CONTRATANTE** e, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº _____, com sede no endereço _____, neste ato representada por _____, parte doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº **21447000033/2026-28**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 90.005/2026**, resolvem celebrar o presente **Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis e Sorriso, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000 e as demais legislações pertinentes, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital**, que se regerá pelo Edital e seus anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de **05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.
- 1.2. As entidades sem fins lucrativos de que tratam o item anterior, referem-se as que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, conforme art. 50, III do Decreto Nº 9.579, de 22/11/2018.
- 1.3. Serão disponibilizadas vagas para a Superintendência Regional do Mato Grosso, com lotação na Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras em Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, de segunda a sexta-feira, no horário de **07h30 às 11h30 às 13h00 às 17h00 horas**, considerando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) calculados de acordo com o número de empregados que exercem funções que demandem formação profissional.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, observados os parâmetros do artigo 492 do Regulamento de Contratos e Licitações da Conab.
- 2.2. Os contratos de prestação de serviços ou de fornecimentos que tenham seus prazos iniciais definidos por período superior a 12 (doze) meses, serão avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato, com o titular da área Gestora, no âmbito da Superintendência Regional, de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a Conab, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS, ROTINA DE EXECUÇÃO, LOCAL E PRAZOS DE EXECUÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

3.1. DETALHAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1.1. A contratada deverá recrutar, selecionar, contratar, capacitar, efetuar o pagamento do salário, recolher todos os encargos, realizar o acompanhamento e encaminhar 5 (cinco) jovens para a Sureg/MT: sendo 3 (três) para a Sede Administrativa, 01 (um) para a Unidade Armazenadora de Rondonópolis e 01 (um) para a Unidade Armazenadora Sorriso, considerando a cota percentual aprovada pela Conab, calculados de acordo como número de empregados que exercem funções que demandam formação profissional, conforme Planilha id 51249311.
- 3.1.2. O número de jovens aprendizes contratados considerará o quantitativo máximo de 5 (cinco), e, em caso de rescisão/extinção de contrato de aprendizagem, deverá ser providenciada nova contratação de modo que ocorra o cumprimento da cota percentual mínima obrigatória.
- 3.1.3. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo celebrado entre a Conab e a

Contratada. Caso isso ocorra, a futura formadora deverá absorver os jovens que estejam no prazo do seu programa de aprendizagem com a Conab, devendo esses serem encaminhados a Contratada para continuar sua formação.

3.1.4. Os jovens aprendizes serão distribuídos nos setores/gerências/superintendência e/ou procuradoria da Sureg/MT, conforme necessidade da Conab.

3.1.5. O curso teórico presencial do Programa de Aprendizagem deverá ser ministrado, uma vez por semana, nas instalações da Contratada conforme informação constante do Título 8 deste TR, com carga horária de 4 (quatro) horas semanais, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses).

3.1.5.1. Poderá ser adotada outra modalidade (EaD ou híbrido), desde que acordada entre Contratada e Contratante e sem prejuízos ao acompanhamento do Programa de Aprendizagem e a capacitação do jovem aprendiz.

3.1.6. Os serviços serão executados no regime indireto de empreitada por preço global.

3.1.7. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do Contrato.

3.1.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.2. **DA ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.2.1. A **CONTRATADA** deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados.

3.2.2. A **CONTRATADA** executará os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, observando, rigorosa e obrigatoriamente, os preceitos da Lei nº 10.097/2000, do Decreto nº 9.579 de 22/11/2018, alterado pelos Decretos 11.061/2022, alterações posteriores e demais legislações pertinentes a matéria.

3.2.3. A **CONTRATADA** será integralmente responsável por todo o ciclo do programa de aprendizagem, desempenhando as seguintes atividades:

a) **Divulgação e Seleção:** Realizar a ampla divulgação do processo seletivo e a seleção dos jovens aprendizes, utilizando critérios transparentes e inclusivos e conforme os requisitos legais e os acordados com a Conab e prover a substituição do aprendiz, em caso de vacância.

b) **Exames Ocupacionais:** Providenciar e custear os exames admissionais e demissionais dos aprendizes, conforme a legislação trabalhista e de saúde e segurança no trabalho.

c) **Formalização Contratual:** Proceder à formalização do contrato de aprendizagem, incluindo a anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a realização dos registros necessários nos órgãos competentes.

d) **Capacitação Teórica:** Realizar o curso preparatório inicial antes da apresentação à Conab e promover a inscrição e a gestão da participação dos aprendizes em curso de aprendizagem válido, devidamente reconhecido e aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em suas instalações e disponibilizar ao aprendiz Certificado de Qualificação Profissional após conclusão do Programa de Aprendizagem..

e) **Gestão de Pessoal e Benefícios:** Gerenciar a folha de pagamento e o recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas dos aprendizes, incluindo, mas não se limitando a: salários, 13º salário, férias + 1/3 constitucional, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Formalizar solicitações de desligamento e realizar pagamento das rescisões de contrato. Adicionalmente, será responsável pelo fornecimento de uniformes e crachás e pela concessão e gestão de benefícios como Vale-Transporte, Vale-Alimentação/Refeição e Seguro de Vida, conforme a legislação e as convenções coletivas de trabalho aplicáveis.

f) **Acompanhamento e Avaliação:** Realizar o acompanhamento contínuo e a avaliação periódica do desempenho teórico e prático dos aprendizes, em conjunto com o Conab, assegurando o cumprimento do plano pedagógico e das atividades práticas.

g) **Supervisão e Apoio:** Oferecer supervisão contínua aos aprendizes, incluindo apoio pedagógico e psicossocial, garantindo o bom desenvolvimento do programa e a integração dos jovens no ambiente de trabalho.

3.2.4. A distribuição dos aprendizes pelas diversas unidades organizacionais é de competência exclusiva da **CONTRATANTE** conforme conveniência e interesse, observando o Termo de Referência.

3.2.5. Os serviços que os aprendizes desenvolverão na **CONTRATANTE** obedecerão a padronização estabelecida no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem – CONAP – atividades de Auxiliar de Escritório, Código CBO 4110-05 ou Assistente Administrativo, Código CBO 4110-10, previstas na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, a serem realizadas sempre sob supervisão, dentre as quais se exemplificam e não se esgotam:

a) Auxiliar na organização e arquivamento de documentos, tanto físicos quanto digitais, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e ferramentas de colaboração *on line*;

b) Apoiar na gestão de correspondências, e-mails e outras comunicações internas e externas;

c) Auxílio na realização de levantamento de dados;

d) Elaboração de Relatórios Simples

e) Arquivamento de documentos;

f) Digitação de pouca complexidade;

g) Auxílio na separação de material de almoxarifado;

h) Atendimento e fornecimento de informações ao público;

3.2.6. Antes de iniciar suas atividades na **CONTRATANTE**, o aprendiz contratado terá até 04 (quatro) semanas, aplicando-se 10% da carga horária teórica total, para participar de integração e capacitação teórica na Entidade Contratada, para prévia qualificação, com Plano Didático ministrado integralmente pela Entidade, incluindo orientações relacionadas às formas de atendimento telefônico, urbanidade, relação interpessoal, ética e trabalho, qualidade na prestação dos serviços e higiene pessoal.

3.2.7. Após o período inicial de que trata o subitem 3.2.6, o aprendiz cumprirá até o fim do contrato a carga horária estabelecida no subitem 3.3.

3.2.8. Os aprendizes podem celebrar e desempenhar, concomitantemente, as atividades embutidas em dois contratos de aprendizagem, desde que os Programas de Aprendizagem possuam conteúdos distintos e que as horas de atividade prática e teórica de cada programa sejam somadas (Art. 414 da CLT e Art. 63, caput, do Decreto no 9.579/2018), para efeito da observância da jornada máxima diária (Art. 432 da CLT), em respeito aos direitos assegurados pelo ECA, principalmente em relação à garantia da frequência à escola regular e à observância da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Decreto nº 9.579/2018 e Arts. 67, inciso IV, e 69, inciso I, do ECA). No entanto, esta concomitância deve ser apurada pela **CONTRATADA**.

3.2.9. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, devendo, no máximo corresponder à data de término do contrato administrativo.

3.2.10. Na hipótese de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem profissional, a **CONTRATADA** deverá providenciar a contratação de novo aprendiz no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a rescisão do contrato anterior, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por solicitação e justificativa da **CONTRATADA**, de modo que a Conab não descumpra a cota mínima de aprendizagem.

3.2.11. A seleção dos aprendizes, também, priorizará a inclusão dos adolescentes e jovens que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 51-C da do Decreto nº 9.579/2018, conforme critérios definidos pela **CONTRATANTE**.

3.2.12. A **CONTRATADA** deverá apresentar e encaminhar à **CONTRATANTE**, quando do ingresso dos aprendizes, os seguintes documentos:

- a) Contrato de trabalho;
- b) Registro de empregados (menor aprendiz);
- c) Comprovante de matrícula no curso de aprendizagem;
- d) Carteira de trabalho e previdência social – CTPS, devidamente assinada pela **CONTRATADA**;
- e) Cópia do RG e CPF do aprendiz;
- f) Cópia do RG e CPF do responsável legal;
- g) Comprovante de residência;
- h) Comprovante de cadastramento do menor aprendiz no regime do PIS/PASEP;
- i) Atestado de saúde ocupacional – ASO admissional;
- j) Relatório pedagógico;

3.2.13. A **CONTRATADA** deverá apresentar, em caso de desligamento de aprendizes, os seguintes documentos:

- a) Termo de rescisão de contrato de trabalho com homologação;
- b) Guia de recolhimento rescisório do FGTS e da contribuição social, se for o caso;
- c) Aviso prévio e pedido de demissão, se for necessário;
- d) Atestado de saúde ocupacional – ASO demissional.

3.2.14. Para a comunicação com a **CONTRATANTE** e remessa de correspondência poderá ser utilizado o endereço eletrônico: mt.sereh@conab.gov.br

3.3. **DO LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.3.1. Os jovens aprendizes contratados, após conclusão do curso de capacitação inicial, deverão ser apresentados à Conab - Sureg/MT para cumprir as atividades práticas do Programa de Aprendizagem, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 4 (quatro) horas diárias:

- a) Sede: Alameda Anibal Molina Ribeiro, s/n - Ponte Nova - Várzea Grande - MT - horário compreendido entre 07h30 - 11h30 - 13h00 as 17h00 horas.
- b) Unidade Armazenadora de Rondonópolis: Rodovia BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 - horário compreendido entre 07:30 as 11:30 - 13h00 as 17h00 horas.
- c) Unidade Armazenadora de Sorriso: Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 - horário compreendido entre 07:30 as 11:30 - 13h00 as 17h00 horas.

3.3.2. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias, a partir da assinatura do Contrato.

3.3.3. A **CONTRATADA** deverá contratar o aprendiz no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento do pedido da **CONTRATANTE**, podendo ser prorrogado, mediante solicitação e justificativa da **CONTRATADA**.

3.4. **GARANTIA DOS SERVIÇOS**

3.4.1. Não será exigida garantia dos serviços.

4. **CLÁUSULA QUARTA - MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

4.1. Para a perfeita execução do Programa de Aprendizagem, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os seguintes materiais necessários aos jovens aprendizes, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.2. Material Didático para o Curso Teórico do Programa de Aprendizagem.

4.2.1. Conjunto de Uniformes, a cada 12 meses, contendo:

- a) 03 (três) camisas modelo pólo, com o logotipo da **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, com a expressão "Jovem Aprendiz" (a cor e localização serão definidos pela Conab).
- b) 02 (duas) calças jeans na cor azul escuro;
- c) 01 (um) par de tênis na cor preta;
- d) 03 (três) pares de meia soquete na cor branca;
- e) 01 (um) casaco de manga comprida, com o logotipo da **CONTRATADA** e **CONTRATANTE** com expressão "Jovem Aprendiz", (a cor e a localização serão definidos pela Conab);
- f) 01 (um) crachá/cordão de identificação com o logotipo da **CONTRATANTE**.

4.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** os comprovantes de distribuição do uniforme aos aprendizes no prazo de até 05 dias da ocorrência da data de entrega.

4.4. A **CONTRATADA** também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido no item 4.2.1. sem qualquer custo adicional para a **CONTRATANTE**.

- a) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados ao jovem aprendiz.

- 4.5. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de boa qualidade, compatível com o clima da cidade de execução dos serviços, duráveis e que não desbotem facilmente.
- 4.6. No caso de jovem aprendiz com sobrepeso ou gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 4.7. Os jovens aprendizes deverão portar sempre, em local visível, crachá de identificação com fotografia recente, fornecido pela **CONTRATADA**.

5. CLÁUSULA QUINTA - CONTRATO DE APRENDIZAGEM

- 5.1. O Contrato de Aprendizagem reger-se-á pela Lei nº 10.097/2000, pelo Decreto nº 9.579/2018, pela Portaria MTE nº 3.872/2023 e demais normas que disciplinam a matéria, bem como por suas alterações posteriores.
- 5.2. Fica estabelecido que a execução do contrato observará, em todas as suas fases, a legislação vigente ao tempo de sua efetiva execução, independentemente da data de sua celebração, aplicando-se de forma imediata e automática as modificações legais e regulamentares supervenientes.
- 5.3. O Contrato de Aprendizagem é o contrato especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor que 24 anos, conforme previsto na CLT, inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas a essa formação.
- 5.3.1. A idade máxima de 24 anos prevista no Art. 428 § 5º da CLT não se aplica a aprendizes portadores de necessidades especiais.
- 5.4. O contrato de trabalho especial de aprendizagem, celebrado entre a **CONTRATADA** e o aprendiz, será ajustado por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses vinculado à duração do curso de aprendizagem, incluindo neste período as férias dos aprendizes e assegurando ao aprendiz a inscrição no programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais (situações previstas no artigo 45, § 1º do Decreto nº 9.579/2018) e para sua validade exige-se:
- a) matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não tenha concluído o ensino médio;
 - b) inscrição do aprendiz em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação da entidade qualificada;
 - c) programa de aprendizagem desenvolvido em conformidade com a regulamentação do Ministério do Trabalho.
- 5.5. Para fins do contrato de aprendizagem a comprovação da escolaridade do aprendiz portador de deficiência deve-se considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.
- 5.6. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, à faixa etária entre 14 e 18 anos, exceto quando:
- a) as atividades práticas de aprendizagem que ocorrer no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;
 - b) a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos; e
 - c) a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos aprendizes.
 - d) A aprendizagem para as atividades relacionadas no subitem acima deverá ser ministrada para aprendizes de 18 (dezoito) até 24 (vinte e quatro) anos incompletos.
- 5.7. A seleção dos aprendizes, também, priorizará a inclusão dos adolescentes e jovens que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 51-C da do Decreto nº 9.579/2018, conforme critérios definidos pela **CONTRATANTE**.
- 5.8. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes e aos jovens matriculados na educação básica.
- 5.9. O contrato de aprendizagem deverá apresentar correspondência obrigatória ao Programa de Aprendizagem e deverá indicar expressamente, conforme previsão do art. 377 da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021:
- a) O termo inicial e final, coincidentes com o prazo do Programa de Aprendizagem.
 - b) Nome e número do curso em que o aprendiz está vinculado e matriculado, com indicação de carga horária teórica e prática e obediência aos critérios estabelecidos na regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência.
 - c) A função, as jornadas diária e semanal, de acordo com a carga horária estabelecida no curso de aprendizagem, e o horário das atividades teóricas e práticas;
 - d) A remuneração pactuada;
 - e) Os dados do empregador, do aprendiz e da entidade qualificadora;
 - f) O local de execução das atividades teóricas e práticas do curso de aprendizagem;
 - g) A descrição das atividades práticas que o aprendiz desenvolverá durante o curso de aprendizagem; e
 - h) O calendário de aulas teóricas e práticas do curso de aprendizagem.
- 5.10. O contrato do aprendiz com a **CONTRATADA** extinguir-se-á no seu termo, quando completar o prazo para o qual foi contratado e/ou o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos ou, ressalvado as hipóteses previstas no § 5º do Art. 428 da CLT, ou antecipadamente, nas seguintes hipóteses:
- I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, exceto para pessoa com deficiência contratada como aprendiz, quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
 - II - Justa causa, nos termos do disposto no art. 482 da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
 - III - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino;
 - IV - A pedido do aprendiz.
- 5.11. O desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz em relação às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado por meio de laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e poderá ser considerada como razão de dispensa por parte da **CONTRATANTE**.
- 5.12. Não se aplicam o disposto nos Artigos 479 e 480 da CLT as hipóteses de extinção do Contrato mencionadas nos Incisos do Art. 71 do Decreto nº 9.579/2018.

- 5.13. A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses previstas no Art. 482 da CLT.
- 5.14. A vigência dos contratos de aprendizagem não deve exceder a vigência do contrato administrativo celebrado entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devendo, no máximo corresponder à data de término do contrato administrativo. Caso isso ocorra, a futura formadora deverá absorver os jovens que estejam no prazo do seu programa de aprendizagem com a **CONTRATANTE**.
- 5.15. Na hipótese de extinção ou rescisão do Contrato da **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**, e, estando ainda os contratos de aprendizagem dentro do prazo de vigência estabelecido por Lei, estes passam a ser de responsabilidade da **CONTRATADA**, à luz da legislação vigente.
- 5.16. Em caso de gravidez, a aprendiz prosseguirá com a aprendizagem prática, **respeitando os limites de vencimento do Contrato de Aprendizagem**.
- 5.17. **Em caso de rescisão ou extinção do contrato administrativo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, caberá a CONTRATADA a responsabilidade quanto ao contrato da aprendiz gestante.**
- 5.18. Nos casos de extinção ou rescisão de contrato de aprendizagem, a **CONTRATADA** deverá iniciar a contratação de novo aprendiz nos termos do Decreto nº 9.579/2018, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a rescisão do contrato anterior, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por solicitação e justificativa da Contratada. A vigência do novo contrato de aprendizagem deverá, para tanto, obedecer ao prazo legal máximo de 24 meses.
- 5.19. A **CONTRATADA** obriga-se a pagar e cumprir todas as exigências e encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e acidentários decorrentes da contratação, obrigando-se, a reembolsar à **CONTRATANTE** as importâncias que esta for compelida a pagar por força de eventual decisão judicial ou administrativa relativa a obrigações da **CONTRATADA** com os aprendizes, sendo permitido à **CONTRATANTE** reter os pagamentos devidos por força deste Termo de Contrato, aplicando-os na satisfação da obrigação inadimplida.
- 5.20. Fica expressamente pactuado, que se porventura a **CONTRATANTE** for autuada, notificada, intimada ou mesmo condenada, em razão do não cumprimento em época própria de qualquer obrigação originária deste Termo de Contrato atribuível a **CONTRATANTE**, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie.
- 5.21. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelos contratos de trabalho dos aprendizes, não podendo ser arguida solidariedade da **CONTRATANTE**, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os aprendizes utilizados na execução do objeto deste Termo de Contrato.
- 5.22. Ao aprendiz, no exercício de suas funções, não será permitido transporte de valores, carregar peso excessivo, realizar serviços de copa e limpeza, bem como a realização de serviços de caráter pessoal para empregados da **CONTRATANTE** e/ou **CONTRATADA** (pequenas compras de alimentação, serviços de loteria, etc), não se responsabilizando a Contratada por perda ou extravio de documentos e valores a eles entregues indevidamente.
- 5.23. Os aprendizes executarão na **CONTRATANTE**, atividades práticas, compatíveis com o aprendizado teórico, sendo necessária a rotatividade de tarefas com complexidade progressiva, segundo a organização curricular do programa de aprendizagem. Além disso, a parte teórica deverá contemplar outros conceitos teóricos que sejam úteis na futura vida profissional do aprendiz.
- 5.24. O número de jovens aprendizes contratados considerará o quantitativo máximo de 05 (cinco), e, em caso de rescisão/extinção de contrato de aprendizagem, observará a condição prevista no subitem 3.2.10 para o cumprimento da cota percentual mínima obrigatória.
- 5.25. O aprendiz cumprirá carga horária de 4 (quatro) horas diárias de atividades práticas e 4 (quatro) horas semanais de aprendizagem teórica, que deverão ser ministradas nas instalações da **CONTRATADA**, em horário compatível com o escolar, conforme alteração estabelecida pela Portaria MTB nº 634/2018. Os horários de atividades práticas serão definidos com a **CONTRATANTE**.
- 5.26. Ficam vedadas a prorrogação e a compensação de jornadas de trabalho, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do Art. 413 da CLT. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000).
- 5.27. Durante as folgas das atividades teóricas, os aprendizes deverão cumprir a jornada de trabalho na **CONTRATANTE**.
- 5.28. As Convenções e Acordos Coletivos apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, art. 69 do Decreto 9.579/2018.
- 5.29. A **CONTRATADA** deve comprovar junto à **CONTRATANTE** a formalização do contrato com os aprendizes e sua inscrição no Programa de Aprendizagem.

6. CLÁUSULA SEXTA - PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

- 6.1. É o programa de aprendizagem técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnica-profissional metódica, elencada no artigo 430 da CLT, e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.
- 6.2. A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do Artigo 50 do Decreto nº 9.579/2018, tendo o Programa de Aprendizagem o registro aprovado no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego e validado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego – SPPE/MTE, na forma prevista na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021.
- 6.3. O programa de Aprendizagem Profissional definido para a **CONTRATANTE** é o nível de formação inicial por Arco Ocupacional Administração - Administrativo - Auxiliar de escritório, CBO 4110-05 e e CBO 4110-10 Assistente Administrativo.
- 6.4. O programa desenvolvido pela **CONTRATADA** e promovido aos aprendizes, deverá ser validado, diante das novas diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e observada a definição da carga horária teórica e prática estabelecida na Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, conforme transcrito a seguir:

CBO 4110-05 Auxiliar de Escritório e CBO 4110-10 Assistente Administrativo	
Carga horária total	Teórica
	mínimo - 400 h máximo - 920 h
mínimo – 1104 h máximo - 1840 h	

até 23 meses

Prática
mínimo - 552 h
máximo – 1288 h

6.5. O Art. 49, do Decreto nº 9.579/2018 estabelece que a formação técnico-profissional do aprendiz, obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino básico; horário especial para o exercício das atividades; e qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho.

6.6. A **CONTRATADA** deverá manter em vigor e devidamente validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE seu registro no Cadastro Nacional de Aprendizagem e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, observando a Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, bem como o cadastro do programa do curso de aprendizagem, aprovado e validado pelo MTE, disponibilizado no site do MTE.

6.7. A distribuição da carga horária ao longo do curso, entre as atividades teóricas e práticas, ficará a critério da entidade qualificadora e da **CONTRATANTE**.

6.8. A **CONTRATADA** deverá ministrar, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária teórica no início do contrato, antes do encaminhamento do aprendiz para a prática profissional e distribuindo-se as demais horas no decorrer de todo o período do contrato de forma a garantir a complexidade progressiva das atividades práticas a serem vivenciadas na **CONTRATANTE** (Portaria MTP 671/2021).

6.9. As atividades teóricas deverão ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino e à aprendizagem e com meios didáticos apropriados nas instalações da **CONTRATADA**.

6.9.1. As atividades teóricas poderão ser realizadas na modalidade EaD ou híbridas, a critério da **CONTRATADA**, com acompanhamento e avaliação da evolução do aprendiz.

6.10. A **CONTRATADA** comunicará mensalmente à **CONTRATANTE** a frequência dos aprendizes referente às aulas teóricas.

6.11. O curso de aprendizagem profissional deverá apresentar abordagem contextualizada dos seguintes conteúdos:

- a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;
- b) raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos;
- c) noções de direito trabalhista e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho, de direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
- d) empreendedorismo, com enfoque na juventude;
- e) educação financeira;
- f) informações sobre o mercado e o mundo do trabalho;
- g) inclusão digital, letramento digital, ferramentas de produtividade tais como editores de texto, planilhas e global, preferencialmente na forma transversal e integradora; e
- h) desenvolvimento de projeto de vida que inclua o processo de orientação profissional.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DO APRENDIZ

7.1. A lei garante ao aprendiz o direito ao salário mínimo-hora, observando-se, caso exista, melhor condição salarial, podendo esta ser o salário mínimo regional ou o piso da categoria estabelecido em instrumento coletivo, quando houver previsão expressa de aplicabilidade ao aprendiz, conforme prevê o Art. 59 do Decreto nº 9.579/2018 e concordante com a equação abaixo:

a) Cálculo do salário base para Contrato de Aprendizagem de 20 horas:

Salário Mensal = **Salário-hora x horas trabalhadas semanais x semanas do mês x 7**

6

1º Passo – Cálculo da hora nua:

Hora nua = Salário Mínimo = R\$ 1.621,00/220 horas = 7,37

Hora Nua = 7,37

2º Passo – Cálculo Fator Semanal:

Nº de dias do mês dividido por 7

Número de dias do Mês	Número de Semanas do Mês
31	4,4285
30	4,2857
29	4,1428
28	4

3º Passo – Cálculo para um Contrato de 20 horas:

20 horas x 7,37 x nº semanas (fator semana)* x 7 dias (inclui folga remunerada)/6

20 horas x 7,37 x 4,4285 x 7/6 = 761,55

* O fator semana a ser considerado pela CONAB é o de 31 dias (a Lei permite condições mais favoráveis) .

Salário= R\$761,55

7.2. Não serão descontadas do salário do aprendiz e nem acarretarão a perda do repouso semanal remunerado, ou do vale-refeição ou alimentação, as ausências decorrentes dos motivos abaixo, limitadas aos períodos indicados, devidamente comprovados:

- a) 02 (dois) dias consecutivos, contados da data do evento, em caso de falecimento de ascendente (pais e avós) descendente (filhos) ou de irmão.

- b) 03 (três) dias corridos, a contar do evento, no caso de casamento.
- c) 05 (cinco) dias corridos contados da data do nascimento do filho, inclusive na condição de natimorto, e no caso de adoção ou guarda.
- d) 01 (um) dia, na ocorrência de prova escolar em horário coincidente com a aprendizagem, exigida apresentação de comunicação formal da escola.
- e) 01 (um) dia para realização de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, devidamente comprovado.
- f) 02 (dois) dias para alistamento eleitoral ou transferência de título de eleitor.
- g) No período de tempo que ti ver de cumprir as exigências do serviço militar.
- h) 01 (um) dia a cada 12 (meses) para doação de sangue, mediante comprovação.
- i) 01 (um) dia para realização de exame/consulta médica em horário coincidente com o da aprendizagem, mediante apresentação de “Atestado de Comparecimento”.
- j) Pelo prazo necessário, mediante documentação comprobatória, que deverá ser arquivada, por cópia, no dossiê do aprendiz existente na Conab, limitado ao fim da vigência do Contrato de Aprendizagem, nas seguintes hipóteses: durante o licenciamento compulsório por motivo de maternidade ou aborto e por motivo de acidente de trabalho ou enfermidade comprovada por atestado médico.

7.3. O retorno da aprendiz à aprendizagem após o término da licença maternidade ainda em estado de amamentação ensejará a redução da jornada em 1 (uma) hora, a título de descanso e exercício do direito à lactação, até que seu (sua) dependente complete 6 (seis) meses de idade. Esse benefício será concedido, preferencialmente, no início ou fim da jornada de aprendizagem.

7.4. Após o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de aprendizagem, o aprendiz terá direito a férias, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, à concessão de 30 (trinta) dias de férias que deverão coincidir com um dos períodos das férias escolares e com as férias do programa de aprendizagem, e serão comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme determina a legislação, sendo vedado o parcelamento e sua conversão em abono pecuniário.

7.5. A **CONTRATADA** obriga-se a efetuar o pagamento dos proventos ao aprendiz até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

7.6. As faltas injustificadas nas atividades teóricas e práticas podem ser descontadas no salário do aprendiz, inclusive com reflexos no recebimento do repouso semanal remunerado e nos eventuais feriados da semana.

7.7. Podem ser descontadas as faltas que não forem legalmente justificadas (Art. 131 da CLT) ou autorizadas pelo empregador.

7.8. A falta injustificada acarretará o desconto no salário, de vale-refeição/alimentação e vale-transporte antecipados ao aprendiz, com base no cálculo proporcional ao(s) dia(s) de efetiva ausência. O débito correspondente será deduzido das respectivas verbas salariais constantes da fatura de serviços do mês subsequente, apresentada para fins de ressarcimento pela **CONTRATADA**.

7.9. É vedado efetuar qualquer desconto no salário do aprendiz, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção ou acordo coletivo que lhes seja aplicável, conforme estabelece o Art. 462 da CLT.

7.10. A **CONTRATADA** deverá fornecer vale-transporte aos aprendizes, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, para o deslocamento à **CONTRATANTE**, incluindo o retorno à sua residência, acrescidos de vales-transportes para participação na aprendizagem teórica, a ser realizada na entidade formadora, para encontros semanais, de acordo com a Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021, em conformidade com a legislação em vigor (Art. 70, Decreto nº 9.579/2018 e Lei nº 7.418/1985).

7.10.1. O vale-transporte fornecido deverá ser custeado integralmente, conforme Planilha de Custo e Formação de Preço apresentada à **CONTRATANTE**, não cabendo qualquer participação por parte dos jovens aprendizes.

7.11. A **CONTRATADA** deverá fornecer vale-refeição/alimentação aos aprendizes em serviço na **CONTRATANTE**, de acordo com a quantidade de dias úteis/mês, com valor facial de R\$12,00 (doze reais).

7.11.1. O vale-alimentação/refeição fornecido deverá ser custeado integralmente, conforme planilha de custo e formação de preço apresentada à **CONTRATANTE**, não cabendo qualquer participação por parte dos jovens aprendizes.

7.12. O aprendiz terá o direito à alíquota do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de 2,0% (dois por cento) da remuneração devida ao aprendiz, em conformidade com o § 7º do Art. 15 da Lei nº 8.036/90 e do Art. 2º da Lei Complementar nº 110, de 29/06/2001; ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, em cumprimento à Norma Regulamentadora – NR 7; ao repouso semanal remunerado; ao seguro contra acidentes pessoais em favor do aprendiz, mediante apólice de seguro; à gratificação natalina (13º Salário) bem como serão ressarcidos do valor do salário do aprendiz, tributos, contribuições previdenciárias e outras obrigações sociais previdenciárias e trabalhistas instituídas por legislação específica.

7.13. Sobre o salário bruto do jovem aprendiz será descontado 7,5%, conforme previsto na legislação previdenciária vigente, garantindo a devida contribuição do aprendiz para a Seguridade Social.

7.14. A **CONTRATADA** deverá manter em dia, e às suas expensas, apólice de seguro de acidentes de trabalho dos aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.

7.15. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos aprendizes, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato dos aprendizes contemplados pelo referido seguro.

7.16. São vedadas ao aprendiz a prorrogação e a compensação de jornada de trabalho.

8. CLÁUSULA OITAVA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

8.2. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização, conforme previsto no Anexo III deste Termo de Contrato.

8.3. Ao final de cada parcela executada, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR (Anexo IV).

8.4. Será elaborado termo de recebimento provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do Contrato, os quais serão encaminhados ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

8.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

9. CLÁUSULA NONA - VALOR DO CONTRATO

- 9.1. O valor estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____), referente à contratação anual do objeto.
- 9.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 9.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA CONTRATUAL

- 10.1. Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto do contrato, na forma do art. 70 da Lei N.º 13.303/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria à conta da Natureza de Despesa **33.90.37.08**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229503**, na Ação Orçamentária **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**, Fonte de recurso **1050**, do Plano Interno MENOR APREN., conforme Nota de Empenho n.º _____ de ____/____/____.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:
- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - d) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;
 - e) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto no Termo de Referência;
 - f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de empregado ou comissão especialmente designado;
 - g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 12.2. Formalizar as oportunidades de aprendizagem, em conjunto com a **CONTRATADA**, atendendo as condições definidas na Lei 10.097/00.
- 12.3. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem.
- 12.4. A ausência de correlação entre as atividades práticas executadas pelo aprendiz e as previstas no programa de aprendizagem implicará em descaracterização do contrato de aprendizagem e acarretará sua nulidade, sujeita às penalidades previstas no art. 80, inciso II, §1º e §2º da Instrução Normativa nº 02, de 08/11/2021.
- 12.5. Realizar o acompanhamento do aprendiz durante o módulo prático, orientando, esclarecendo e estimulando o mesmo durante o processo de aquisição de conhecimentos práticos, observando as limitações impostas à prestação dos serviços pelos aprendizes, dentre as quais:
- a) é vedada a prorrogação e a compensação de jornada, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 413 da CLT;
 - b) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em ambientes insalubres, perigosos e ofensivos;
 - c) é vedada a prestação de serviços pelo aprendiz em tarefas penosas, extenuantes ou que exijam desenvolvimento físico ou psíquico não condizente com a sua capacidade;
 - d) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em atividades externas;
 - e) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem;
 - f) é vedado a prestação de serviços pelo aprendiz em horário noturno ou que não permita a frequência do jovem à escola;
 - g) é vedado exigir do jovem aprendiz o porte de documentos sigilosos ou numerário, ainda que em circulação nos ambientes internos do Conab.
- 12.6. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei n.º 8.069 de 13/07/90 e a Portaria n.º 20 de 13/09/01, do MTE/SEFIT.
- 12.7. Oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do Art. 405º da CLT.
- 12.8. Colaborar com o monitoramento e avaliação do programa e participar da formação teórica quando houver solicitação da **CONTRATADA** (aulas, palestra e visitas).
- 12.9. Acompanhar o desempenho das atividades práticas desenvolvidas pelo jovem aprendiz, mediante aplicação do instrumento de avaliação comportamental que será respondido pelo supervisor em periodicidade semestral.
- 12.10. Prestar informações à **CONTRATADA** a respeito do comportamento, atitudes, eficiência, educação e progresso dos jovens, quando solicitada e sempre que o julgar necessário.
- 12.11. As aulas teóricas deverão observar a vedação contida no § 1º do Art. 64 do Decreto 9.579/2018.
- 12.12. Garantir que o acesso ao processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvida no ambiente de trabalho.
- 12.13. Não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária.
- 12.14. Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados a **CONTRATADA**, quando solicitado.

- 12.15. Informar e solicitar a manifestação expressa da **CONTRATADA**, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem, nos termos da legislação vigente.
- 12.16. Efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo Adolescente Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência.
- 12.17. Remeter mensalmente à **CONTRATADA**, a folha de ponto do Adolescente Aprendiz, devidamente assinado e atestado pela **CONTRATANTE**.
- 12.18. Indicar formalmente um monitor para cada aprendiz, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos, de acordo com o Programa de Aprendizagem, observando, também, se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, proporcionando ao menor todas as condições e facilidades para mudar de função, quando for o caso.
- 12.19. Fiscalizar, mensalmente, o efetivo pagamento dos aprendizes contratados.
- 12.20. Observar as restrições legais quanto ao trabalho dos adolescentes.
- 12.21. Fiscalizar quanto aos princípios estabelecidos no Art. 49, do Decreto 9.579/2018, no sentido de garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino básico, horário especial para exercício das atividades promovendo, a qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- 12.22. Comunicar à **CONTRATADA** eventual falta cometida por aprendiz, por escrito, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, em caso de falta capitulada como justa causa para a rescisão do contrato do jovem com a **CONTRATADA**, nos termos da legislação trabalhista.
- 12.23. Comunicar imediatamente à **CONTRATADA** todo acidente que ocorrer com o aprendiz, no horário regulamentar, para que sejam tomadas as providências cabíveis.
- 12.24. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 13.1.1. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação e ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 13.1.2. Contar com estrutura adequada e com condições de segurança e saúde em conformidade com as regras do Art. 405 da CLT, para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino.
- 13.1.3. Disponibilizar contato via telefone e correio eletrônico e manter à disposição, a qualquer momento, de segunda a sexta-feira preposto para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados ao objeto.
- 13.1.4. Disponibilizar preposto no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do Contrato, podendo ser alterado com prévia justificativa aprovada pela fiscalização da **CONTRATANTE**.
- 13.1.5. Receber os adolescentes interessados, conduzir o processo seletivo e informar a **CONTRATANTE** os nomes dos aprendizes aprovados, para contratação e encaminhá-los à **CONTRATANTE**.
- 13.1.6. Informar a **CONTRATANTE**, por escrito, imediatamente após a assinatura do instrumento de Contrato, e após realização de processo seletivo, a relação nominal dos menores aprendizes e demais prepostos utilizados na sua execução, contendo nome completo, carteira de identidade (número/órgão expedidor/data de expedição), e endereço residencial, nome dos pais, devendo as respectivas alterações serem imediatamente comunicadas a Conab.
- 13.1.7. Contratar os adolescentes, na condição de aprendiz, obedecendo a legislação específica, especialmente a Consolidação das Lei de Trabalho, atendendo as condições definidas na Lei nº 10.097/00, regulamentada pelo Decreto nº 9.579/18 e leis previdenciárias, no que for aplicável.
- 13.1.8. Formalizar o Contrato de Aprendizagem, incluindo esclarecimentos necessários aos pais ou responsáveis do jovem e ao próprio estudante, registrando as anotações necessárias na Carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado;
- 13.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias que dizem respeito ao jovem encaminhado a **CONTRATANTE**, tais como: pagamento de salários, INSS, FGTS, férias, PIS, acidente de trabalho, aviso prévio, rescisões de contrato de trabalho e outros.
- 13.1.10. Assegurar ao aprendiz os seguintes direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem, respeitadas as anotações dispostas no Art. 57, § 2º, do Decreto 9.579/2018:
- a) Registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - b) Garantia do salário-mínimo / hora mensal;
 - c) Contrato de aprendizagem com duração máxima de até dois anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de necessidades especiais;
 - d) Matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não tenha concluído o ensino médio, e inscrição no programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- 13.1.11. Promover os cursos de aprendizagem para os jovens aprendizes, sem ônus para a Conab, e em conformidade com a carga horária validada, pelo então Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quando do cadastro dos cursos de aprendizagem oferecidos pela **CONTRATADA** no Cadastro Nacional de Aprendizagem.
- 13.1.12. Manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária, parte integrante do Projeto Pedagógico que deverá estar disponível e aprovado pelo MTE e quando solicitado deverá ser fornecido a **CONTRATANTE**, nos termos da legislação vigente.
- 13.1.13. Executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, garantindo a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática, acompanhando a execução das atividades práticas no âmbito da Unidade Concedente de Aprendizagem, de acordo com o quantitativo de aprendizes lotados na Sureg/MT.
- 13.1.14. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades teóricas correlacionadas com as atividades práticas previstas no programa de aprendizagem, sem contudo prejudicar os adolescentes nas atividades discentes, concedendo-lhes o tempo que for necessário para frequência às aulas.

- 13.1.15. Garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino básico, horário especial para exercício das atividades e promover a qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho, conforme princípios estabelecidos no Art. 49 do Decreto 9.579/2018;
- 13.1.16. Providenciar a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.
- 13.1.17. Providenciar os uniformes aos aprendizes e enviar o comprovante de entrega à **CONTRATANTE**.
- 13.1.18. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 e a Portaria nº 20 de 13/09/2001 do MTE/SEFIT.
- 13.1.19. Promover palestras informativas aos orientadores dos aprendizes da **CONTRATANTE**, localizados em Várzea Grande/MT, Rondonópolis/MT e Sorriso/MT, visando qualificá-los ao bom desempenho na operacionalização deste Programa.
- 13.1.20. Manter um supervisor responsável pelo acompanhamento dos menores aprendizes, ao qual a **CONTRATANTE** se reportará sobre todo e qualquer assunto relacionado aos mesmos. Esse supervisor acompanhará os trabalhos dos menores aprendizes através de visitas periódicas a **CONTRATANTE**, que poderão ser realizadas mensalmente ou sempre que a **CONTRATANTE** solicitar.
- 13.1.21. Manter mecanismos de acompanhar mediante a realização de reuniões bimestrais com os aprendizes, no sentido de avaliar o desenvolvimento de suas atividades práticas na **CONTRATANTE**, visando identificar se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, informando a **CONTRATANTE** por relatórios, na hipótese do art. 407 da CLT, proporcionando ao menor todas as facilidades para mudar de função ou mudar de serviço.
- 13.1.22. Fiscalizar a execução dos serviços, através de responsável pelo contrato, comprometendo-se a substituir o menor aprendiz que demonstrar atuação insatisfatória no desempenho de suas funções ou que, em razão de comportamento indevido, tenha a sua permanência em serviço considerada prejudicial ou inconveniente pela **CONTRATANTE**.
- 13.1.23. Promover a avaliação periódica do aprendiz, no tocante ao Programa de Aprendizagem.
- 13.1.24. No caso de problemas de aprendizagem prática, a orientação do aprendiz e seus representantes legais deverá ser realizada pela **CONTRATADA**, se sua situação na **CONTRATANTE** não apresentar modificações, o aprendiz poderá ser advertido pela **CONTRATADA**, ou ainda suspenso, podendo ser demitido pela **CONTRATADA**, com anuência do **CONTRATANTE**, na impossibilidade de melhoria.
- 13.1.25. Acompanhar a frequência escolar dos jovens aprendizes vinculados ao presente contrato, encaminhando à fiscalização da **CONTRATANTE** a declaração de frequência escolar.
- 13.1.26. Informar a **CONTRATANTE**, todas as inscrições, mantendo o controle de frequência e do rendimento dos adolescentes no módulo teórico do curso de aprendizagem e nas atividades práticas, mediante relatórios mensais e folhas de frequência e, ainda, quando do desligamento do adolescente no programa.
- 13.1.27. Informar a **CONTRATANTE**, de imediato, sempre que identificada a irregularidade da frequência do aprendiz ao ensino regular, quando este estiver cursando o ensino fundamental, bem como encaminhar à **CONTRATANTE**, bimestralmente, comprovando o vínculo escolar dos aprendizes, constando frequência e notas e no início do ano o comprovante da matrícula do aprendiz no ensino regular.
- 13.1.28. Manter mecanismos de acompanhar mediante a realização de reuniões bimestrais com os aprendizes, no sentido de avaliar o desenvolvimento de suas atividades práticas na **CONTRATANTE**, visando identificar se o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, informando a **CONTRATANTE** por relatórios, na hipótese do art. 407 da CLT, proporcionando ao menor todas as facilidades para mudar de função ou mudar de serviço.
- 13.1.29. Encaminhar a **CONTRATANTE** a planilha de férias dos jovens aprendizes com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sendo vedado o parcelamento e a conversão em abono pecuniário, ainda que parcialmente. Preferencialmente as férias dos aprendizes deverão ser coincidentes com um dos períodos das férias escolares do ensino regular, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 136 da CLT, quando solicitado.
- a) As férias poderão ser indenizadas ao final do contrato se a entidade formadora Contratada declarar expressamente, quando da assinatura do contrato, que não enfrenta condenações junto à justiça do trabalho por prática divergente da fixada neste.
- 13.1.30. Fornecer aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, certificado de qualificação, com validade em todo o território nacional, contendo especificação das disciplinas, rendimento e horas cursadas pelo Adolescente, bem como título e o perfil profissional para a ocupação na qual o Aprendiz foi qualificado, devendo ser assinado em conjunto com a **CONTRATANTE**.
- 13.1.31. Efetuar os pagamentos salariais dos aprendizes abrangidos pelo contrato, bem como seus benefícios (vale-transporte e alimentação) no 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 13.1.32. Apresentar, mensalmente, à **CONTRATANTE**, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, comprovantes de pagamento de salário dos aprendizes (folha de pagamento e cópia do contracheque), entrega de vale-transporte e vale-alimentação/refeição, folha de frequência assinada pelos aprendizes, bem como o respectivo recolhimento dos tributos em geral, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a fatura do mês anterior.
- 13.1.33. Pagar quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade ou sobre a presente contratação, bem como na incumbência e responsabilidade pela administração e cumprimento de todos os direitos (encargos sociais e trabalhistas), que incidam ou venham a incidir sobre a presente contratação, prevista nos artigos da CLT que tratam do contrato de aprendizagem.
- 13.1.34. Informar qualquer movimentação referente ao aprendiz por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (art. 1, parágrafo 1º, da Lei nº 4.923/65).
- 13.1.35. Relacionar o aprendiz na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informando no campo referente ao vínculo empregatício o código nº 55, conforme instruções contidas no Manual de Informação da RAIS.
- 13.1.36. Manter em dia e às suas expensas apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez Permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.
- 13.1.37. Enviar à **CONTRATANTE** cópia da apólice de seguro de acidentes de trabalho dos adolescentes aprendizes.
- 13.1.38. Dar ciência de que as convenções e acordos coletivos da Conab apenas estendem suas cláusulas ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis, Art. 69 do Decreto 9.579/2018.
- 13.1.39. Prestar os serviços contratados, obrigatoriamente, por profissional pertencentes ao quadro funcional da **CONTRATADA**, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação relacionados com o objeto deste Termo de Contrato e a seleção do aprendiz que nos requisitos alusivos ao nepotismo, em observância ao Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e à CLT e Decreto nº 7.203/10.
- 13.1.40. Observar as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e as alterações constantes desta Instrução em especial quanto à produção dos documentos/relatórios e habilitação jurídica da Contratada.
- 13.1.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

13.1.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

13.1.43. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.44. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CONTRATANTE**.

13.1.45. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, bem como atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do Contrato.

13.1.46. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que porventura sejam causados por seus menores aprendizes, empregados ou prepostos, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da Conab, procedendo, imediatamente, o respectivo reembolso, em cada caso.

13.1.47. Atender ao prazo previsto na cláusula terceira para apresentar à Sureg/MT, 05 (cinco) aprendizes para atuarem na Sede da SUREG/MT em Várzea Grande/MT, na UA Rondonópolis/MT e UA Sorriso/MT.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define a **CONTRATANTE** como responsável pela gestão do Contrato e pela verificação da aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a **CONTRATADA** como responsável pela prestação dos serviços e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

14.2. Para cumprimento do Contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

a) Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela **CONTRATANTE**, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;

b) Preposto: funcionário representante da **CONTRATADA**, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o **CONTRATANTE**, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

14.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente Contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos artigos 535 a 540 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

14.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

14.5. Nos termos dos artigos 543 e 544 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

14.6. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

14.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

14.8. A **CONTRATADA** deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:

a) efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do Contrato;

b) fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da **CONTRATADA** para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;

c) zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e

d) zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

14.9. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à **CONTRATANTE**.

14.10. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da **CONTRATADA** poderá ser um dos empregados designados para a execução dos serviços.

14.11. A fiscalização, conforme artigos 545 à 548 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, avaliará constantemente a execução dos serviços e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - Anexo IV.

14.12. Durante a execução do objeto, a fiscalização monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.13. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **CONTRATADA** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do artigo 519 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

14.18. **A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:**

- a) Solicitar comprovante da frequência nas aulas teóricas;
- b) Conferir o pagamento do salário/benefícios dos aprendizes;
- c) Solicitar o acompanhamento dos aprendizes junto aos respectivos supervisores no âmbito da Conab;
- d) Encaminhar e solicitar a avaliação do aprendiz pelos supervisores em conjunto com a **CONTRATADA**.
- e) Controlar as vigências dos contratos de aprendizagem em relação ao contrato administrativo com a **CONTRATADA**.
- f) Receber comprovantes de distribuição de uniformes e crachás aos aprendizes, anualmente.
- g) Monitorar o agendamento de férias dos aprendizes.
- h) Controlar as ocorrências de rescisão e extinção dos contratos de aprendizagem.
- i) Verificar a anotação na CTPS após a contratação dos aprendizes.
- j) Receber da **CONTRATADA** relatório de frequência escolar dos aprendizes, semestralmente, quando for obrigatório.

14.19. Verificar no início do contrato:

I - Da instituição contratada

a) Carta designando preposto ou prepostos, bem como supervisor responsável pelo acompanhamento dos aprendizes, devendo ser providenciada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato).

II - Do aprendiz

- a) a) Relação nominal dos aprendizes, contendo nome completo, número/órgão expedidor/data de expedição do RG, número do CPF, número e série da CTPS e endereço residencial;
- b) Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação e do registro de trabalho);
- c) ASO admissional (Atestado de saúde ocupacional);
- d) Comprovantes de admissão: ficha de registro, contrato de aprendizagem, plano de aprendizagem.

14.20. Verificar ao término do contrato e/ou na rescisão do contrato do aprendiz

- a) Aviso prévio assinado;
- b) Termo de rescisão do contrato assinado;
- c) Recibo de pagamento rescisório assinado;
- d) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- e) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada aprendiz dispensado; e
- f) Exames médicos demissionais dos aprendizes dispensados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

15.1. Durante a vigência do Contrato, a **CONTRATANTE**, para avaliar a qualidade na execução dos serviços, adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

15.2. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pela **CONTRATANTE**.

15.3. Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela **CONTRATADA**, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual.

15.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados.

16.2. Considera-se recebimento da Nota Fiscal/Fatura o momento em que Conab atestar a execução do objeto do Contrato, o que somente se dará após o recebimento do serviço.

16.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

- a) No prazo de até 02 (dois) dias corridos do adimplemento da parcela, a **CONTRATADA** deverá entregar toda a documentação comprobatória da obrigação contratual;
- b) No prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da **CONTRATADA**, o Fiscal designado deverá realizar a análise de toda a documentação apresentada pela **CONTRATADA**, avaliar a execução por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e emitir Termo de Recebimento Provisório, com detalhamento da execução contratual, em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo;
- c) Constatadas impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela **CONTRATADA** para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização, que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis contados da emissão do referido Termo;
- d) Sanadas as impropriedades e/ou irregularidades a que se referem a alínea anterior, o Fiscal designado no prazo de 02 (dois) dias corridos contados do efetivo saneamento das falhas, deverá elaborar relatório detalhado da execução contratual e encaminhar o Termo de Recebimento Provisório anteriormente emitido ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.
- e) No prazo de até 02 (dois) dias corridos contados a partir do recebimento do Termo de Recebimento Provisório mencionado nas alíneas anteriores, o empregado ou Comissão designada deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- e.1) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a

CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções no prazo concedido para a sua regularização dentro do estabelecido para o recebimento definitivo.

e.2) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

e.3) Comunicar a **CONTRATADA** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.5. A área competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do Contrato e da Conab; o período de prestação dos serviços; o valor apagar; e os tributos a serem retidos na fonte em cada contratação.

16.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Fiscal do Contrato condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e depois de verificada a regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

16.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

16.8. O pagamento das obrigações assumidas será efetuado em até 30 dias seguintes ao da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, condicionado ao aceite dos serviços prestados e atesto do documento pelo empregado designado com esse fim e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

16.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, deverão ser tomadas as seguintes providências:

a) providenciar a comunicação a **CONTRATADA**, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

c) Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa;

d) Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF;

e) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz e pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

16.11. Nos termos do artigo 565 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

c) O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela **CONTRATADA**.

d) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.12. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas — IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1 234 de 2012, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996;

b) Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212 de 1991;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 2003, combinada com a legislação municipal ou distrital sobre o tema; e

d) Demais tributos incidentes sobre a contratação.

16.14. Não haverá a retenção prevista no subitem 16.13 caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006.

16.15. Na hipótese de haver pendências na execução dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá suspender os pagamentos pertinentes até que sejam sanadas as pendências.

16.16. As eventuais multas impostas a **CONTRATADA** em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

16.17. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO/REAJUSTE

17.1. Será admitida, por solicitação da **CONTRATADA**, a repactuação/reajuste dos preços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, competindo à **CONTRATADA** justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da **CONTRATANTE**, na forma estatuída nos artigos 500 a 507 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

17.2. Na repactuação dos preços a memória de cálculo das planilhas deve ser realizada com base no valor do salário-mínimo hora dos aprendizes previsto no Art. 59 do Decreto nº 9.579/18, considerando-se o valor do salário-mínimo nacional vigente.

17.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) para os custos relativos à mão de obra: a partir da publicação no novo salário mínimo nacional, vigente à época da apresentação da proposta, devendo ser apresentada a demonstração analítica da variação dos custos, por meio de planilha de custos;
- b) para os custos que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- c) para os custos sujeitos à variação de preços de mercado (insumos não decorrentes de mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do edital.
- d) para os custos relativos a insumos/taxas será utilizado a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

17.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.5. **É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.**

17.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

17.7. A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos serviços objeto deste Termo de Contrato.

17.8. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

17.9. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data em que o contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente ou, ainda, na data do encerramento do contrato. Serão objeto de preclusão as repactuações a que a **CONTRATADA** fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento desses eventos.

17.10. Caso na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido publicado o novo salário mínimo e/ou divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente.

17.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.12. O prazo referido no subitem 17.9 ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

18.4. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do Regulamento e Licitações e Contratos da Conab, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

18.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à **CONTRATADA**, observando-se as regras previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

18.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

18.7. **Da sanção de advertência:**

18.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

18.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 18.5.

18.8. **Da sanção de multa:**

18.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a a **1% (um por cento) sobre o valor estimado** para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab deverá ser aplicada multa correspondente **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado** para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor homologado** para a licitação em questão;
- d) multa moratória de **0,2 % (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15(quinze) dias;
- e) multa moratória de **0,3% (três décimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias.
- f) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- g) multa compensatória no percentual de **1% (um por cento) sobre o valor mensal do Contrato**, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de **1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato**, no caso de inexecução total do Contrato;
- i) multa rescisória de **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato**, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- j) multa de **0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

INFRAÇÃO		
DESCRIÇÃO		GRAU
a)	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
b)	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
c)	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
d)	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
e)	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	02
f)	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
g)	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência;	03
h)	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato, por dia;	01
i)	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada, por funcionário;	01

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal
2	0,4% sobre o valor mensal
3	0,8% sobre o valor mensal
4	1,6% sobre o valor mensal
5	3,2% sobre o valor mensal

k) multa compensatória no caso de serviço prestados sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos. multa compensatória definida no IMR - Instrumento de Medição de Resultado, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos.

l) dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato.

18.9. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

18.10. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

- 18.11. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.
- 18.12. **Da sanção de suspensão:**
- 18.12.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.
- 18.12.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02(dois) anos, será aplicada de acordo com os artigos 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.
- 18.12.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.
- 18.12.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- a) Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.
- b) A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os artigos 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab (RLC) e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.
- c) Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab (RLC), poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.
- d) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL**

- 19.1. A inexecução total do **Contrato** ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos artigos 568 a 572 do Regulamento de Licitações e Contratos.
- 19.2. A rescisão poderá ser:
- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.
- 19.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 19.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
- 19.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do Regulamento de Licitações e Contratos.
- 19.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Sexta e no artigo 574 do Regulamento de Licitações e Contratos:
- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.
- 19.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.
- 19.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES**

- 21.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 21.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.
- 21.3. A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem ao **CONTRATANTE**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.
- 21.4. A MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

22.1. O presente **Contrato** poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

22.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

22.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

22.5. A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos – Anexo I.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do **Contrato**;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e
- d) haja a anuência expressa da Conab à continuidade do **Contrato**.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

24.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

24.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

24.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

24.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

24.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

24.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

24.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

24.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

24.9. As Partes “REVELADORA” e “RECEPTORA”, por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.”

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - VEDAÇÕES

25.1. É vedado à **CONTRATADA**:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de **Contrato** para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar na íntegra o objeto licitatório.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

26.1. Conforme disposto no parágrafo único do artigo 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e pela contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;

d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Conab, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

27.1. Compete à **CONTRATADA** no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

27.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

28.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e as qualificações exigidas na licitação.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - VINCULAÇÃO

29.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Edital de Pregão Eletrônico Conab n.º ____/20XX e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA**, datada de ____/____/____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

30.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO

31.1. A publicação do extrato do presente Contrato deverá ser providenciada pela **CONTRATANTE** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no artigo 480 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FORO

32.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

32.2. Por estarem justas e acordadas firmam eletronicamente o presente instrumento.

Várzea Grande - MT, data da última assinatura eletrônica .

Pela Contratante:

Pela Contratada:

ANEXO I - MATRIZ DE RISCOS

Objeto: Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro. s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.

Identificação					Avaliação			Tratamento ao Risco	
Item	Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Responsável (8)
1	Planejamento	Estimativa de custos equivocada.	Dificuldade em obter propostas orçamentárias. Valores referenciais inadequados ao mercado	Resultados licitatórios com preços divergentes do mercado	2	3	6 (Médio)	Realização de ampla pesquisa de mercado. Estipular parâmetros adequados ao mercado no TR e Edital.	Contratante

2	Planejamento	Insuficiência de conhecimento técnico.	Alterações da legislação.	Termo de Referência inadequado ou incompleto. Não aprovação do TR	2	3	6 (Médio)	Fundamentar o TR com base em contratações similares e em conformidade à legislação vigente	Contratante
3	Planejamento	Não aprovação do planejamento	não observância às disposições do RLC no que concerne ao planejamento	Paralisação ou atraso no processo de contratação. Realizar o planejamento observando as diretrizes do RLC	3	2	6 (Médio)	Realizar o planejamento observando as diretrizes do RLC	Contratante
4	Planejamento	Morosidade na execução do processo licitatório	Falta de pessoal na área de licitações	Atraso no processo de contratação e disponibilização do serviço.	1	3	3 (Baixo)	Interagir com a área de licitações e alinhar os procedimentos para contratação	Contratante
5	Seleção de Fornecedores	Ausência ou número insuficiente de fornecedores interessados	Critérios de prestação de serviço fora da realidade de mercado ou limitantes, com condições excessivas	Não contratação do serviço por meio de processo licitatório. Possibilidade de descumprimento da lei que obriga as empresas a contratarem	1	4	4 (Médio)	Garantir no momento da elaboração do termo de referência e edital que todos os parâmetros estejam adequados ao mercado.	Contratante
6	Seleção de Fornecedores	Erro na estimativa dos valores da prestação de serviços.	Valores referenciais inadequados ao mercado e má elaboração do pedido de orçamento	Super ou subfaturamento no valor do contrato	1	3	3 (Baixo)	Realizar pesquisa de mercado com fornecedores, obtendo o preço aproximado do praticado pelo mercado	Contratante
7	Seleção de Fornecedores	Licitação deserta	Excesso de condições que fogem da prática de mercado	Não contratação do objeto por meio de processo licitatório	1	3	3 (Baixo)	Planejar a contratação com base em contratações similares e com a prática de mercado. Razoabilidade nas exigências estabelecidas	Contratante
8	Gestão do Contrato	Término do contrato de serviços vigente sem finalização do processo licitatório do novo contrato	Morosidade ou condições imprevistas na execução do processo licitatório.	Interrupção da prestação de serviços. Possibilidade de interrupção do Programa de Aprendizagem. Possibilidade de multas da inspeção do trabalho.	2	3	6 (Médio)	Rigorous controle do cronograma da licitação por todas as áreas envolvidas.	Contratante
90	Gestão do Contrato	Divergência entre os serviços prestados com os serviços especificados no TR	Impossibilidade de cumprir as demandas estabelecidas no certame. Gestão Ineficiente	Serviço não realizado e/ou com qualidade inferior à exigida. Sanções previstas no TR.	2	3	6 (Médio)	Aplicação das sanções cabíveis previstas no TR.	Contratante

10	Gestão do Contrato	Perda de habilitação e qualificação da contratada durante a execução do contrato.	Gestão Ineficiente Não manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.	Paralisação da prestação de serviços. Sanções previstas no TR. Atraso de pagamento ao Contratado. Impossibilidade de continuidade do contrato, gerando a necessidade de realizar nova licitação	2	2	4 (Médio)	A Contratada deverá manter atualizadas as habilitações e qualificações conforme legislação específica. Fiscalizar a validade das habilitações	Contratada
11	Gestão do Contrato	Interrupção do Serviço	Falha na logística de atendimento do fornecimento dos jovens aprendizes	Suspensão do Serviço de recrutamento	1	3	3 (baixo)	Definir previamente prazo para atendimento da solicitação de jovens aprendizes com a Conab e aplicar, se necessário, sanções previstas	Contratante
12	Gestão do Contrato	Ausência de orçamento da ESFL para pagamento da remuneração dos aprendizes	Gestão Ineficiente	Atraso no pagamento dos jovens aprendizes Sanções previstas no TR	2	3	6 (Médio)	Controle rigoroso do orçamento para cumprimento das obrigações contratuais. Aplicação de sanções previstas no TR.	Contratante
13	Gestão do Contrato	Ausência de mão de obra	Não comparecimento do quantitativo contratado de pessoal para a execução do serviço	Interrupção/Suspensão do Serviço	2	3	6 (Médio)	Acompanhar a frequência, a execução do serviço e aplicar, se necessário, sanções previstas	Contratante/Contratada
14	Gestão do Contrato	Falência do Contratado	Falha nas gestões administrativa e financeira	Suspensão no Serviço de Fornecimento de Jovens Aprendizes e procedimento para dispensa ou nova licitação	2	3	6 (Médio)	Verificar as certidões do SICAF e acompanhar e fiscalizar constantemente	Contratante/Contratada

1 Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.

2 O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

5 A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3

Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se o contratado ou o contratante.

Elaborado por: Solange Ferreira de Moraes

Supervisionado por: Fátima Áurea Silva Moraes

Autorizado por: Luíza de Sousa Faria

ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO)

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES A CONTRATAÇÃO)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Número de Meses de Execução Contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede em Várzea Grande/MT e Unidades Armazenadoras de Rondonópolis e Sorriso, em atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – JOVEM APRENDIZ – CONAB/MT

1.	ENTIDADE:	
2.	ENDEREÇO:	
3.	CNPJ:	
	Salário mínimo de referência (nacional) 2026	R\$ 1.621,00
	Coeficiente Salário mínimo/hora	R\$ 7,37
	Valor	R\$ 761,55

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – JOVEM APRENDIZ – CONAB/MT

1.	REMUNERAÇÃO				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
1.1	Salário Bruto (referente a 4 horas diárias)	hora	100		
1.2	Subtotal Remuneração				
2	ENCARGOS SOCIAIS				
2.1	GRUPO A				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.1.1	INSS	percentual			

2.1.2	FGTS	percentual	2,00%		
2.1.3	PIS	percentual			
2.1.4	Total do Grupo A				
2.2	GRUPO B				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.2.1	Férias (1/12)	percentual	8,33%		
2.2.2	Adicional 1/3 de Férias	percentual	2,78%		
2.2.3	13º Salário (1/12)	percentual	8,33%		
2.2.4	Total do Grupo B				
2.3	GRUPO C				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
2.3.1	Incidência do FGTS sobre Férias/Adicional/13º salário (B)	percentual	2,00%		
2.3.2	Total do Grupo C				
2.3.3	Subtotal do Grupo A + B + C				
3	BENEFÍCIOS				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
3.1	¹ Vale transporte (R\$5,95x2)	dia	22		
3.2	² Vale Alimentação/Refeição	mês	22		
3.3	Subtotal Benefícios R\$ 525,80				
4.	INSUMOS				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
4.3	PCMSO	mês	1		
4.4	Seguro de Vida	mês	1		
4.5	Uniforme (03 camisas pólo, 02 calças jeans, 01 tênis preto, 3 pares de meia , 01 casaco de manga comprida, por ano)	mês	1		
4.6	Crachá/Cordão	mês	1		
4.7	Subtotal Insumos				
5.	GESTÃO ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL E EDUCACIONAL				
	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Vlr.Ref.	Total
5.1	Capacitação, Supervisão e Acompanhamento pedagógico, Gestão Trabalhista, Encaminhamento, Seleção e Acompanhamento, Material Didático, Gestão Institucional, Capacitação Técnico-Profissional Metódica	mês	1		
5.2	Subtotal Gestão Adm-Operacional e Educacional				
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DO SERVIÇO POR JOVEM APRENDIZ					
Total dos Itens que Compõe a Planilha					Valor (R\$)
Subtotal da Remuneração (1.2)					
Subtotal dos Encargos Sociais (2.3.3)					
Subtotal dos Benefícios (3.3)					
Subtotal dos Insumos (4.7)					
Subtotal da Gestão Administrativa-Operacional e Educacional (5.2)					
	Valor Mensal do Serviço por Aprendiz				
QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DO SERVIÇO					
A	Valor mensal por Aprendiz				
B	Valor Mensal para 5 (cinco) Aprendizes (A x 5)				
C	Valor Anual Total (B x 12 meses)				

C	Valor Anual Total (B x 12 meses)	
D	Valor Quinquenal (C x 5)	

Nota 1: Para fins de licitação, foi considerando o valor da tarifa pública de R\$5,95 definido pelo órgão municipal para Cuiabá/Várzea Grande. O valor será correspondente a necessidade do jovem aprendiz para deslocamento: casa X ConabX casa, acrescidos dos vales para participação na aprendizagem teórica, sem descontos de participação. O valor do vale transporte é variável e será de acordo com a tarifa pública do município (Cuiabá/Várzea Grande, Rondonópolis e Sorriso) onde o aprendiz realizar a aprendizagem prática e teórica.

Nota 2: considerando o valor alimentação/refeição no valor facial de R\$12,00 (doze reais) de acordo com os dias úteis/mês, definido pela Conab sem descontos de participação.

ANEXO III - TERMO DE RECEBIMENTO

1. Termo:
() Provisório () Definitivo Simplificado
2. Objeto (Descrição do objeto contratado)
Contratação de Entidade Sem Fins Lucrativos – ESFL, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para a contratação, seleção, capacitação e disponibilização de 05 (cinco) Jovens ou Adolescentes Aprendizizes à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Mato Grosso, com Sede na Alameda Anibal Molina Ribeiro, s/n - Porto - Várzea Grande e Unidades Armazenadora de Rondonópolis, instalada em Rod. BR 364, Km 199, 10 - saída para Pedra Preta - Rondonópolis/MT - CEP: 78710-129 e na Unidade Armazenadora de Sorriso instalada em Av. Idemar Riedi, nº 10.790 - Sorriso/MT - CEP: 78890-000 para atendimento à Lei do Aprendiz nº 10.097/2000.
3. Contratada (Razão social da empresa contratada)
4. Número do Processo
CONFERÊNCIA DO OBJETO
Conferência Quantitativa
5. Tipo de Conferência Quantitativa:
() Medição ou contagem integral () Por amostragem () Por aproximação () serviços realizados
() Outros (especificar):
6. Observações
- Processo Seletivo e Contratação de jovens aprendizes; - Realização do Curso de Capacitação Inicial ou - Curso Teórico do Programa de Aprendizagem; - Pagamento de salários e benefícios dos aprendizes; - Realização de desligamento e pagamento das respectivas rescisões; - Entrega de Uniformes/Crachás; - Entrega de Certificados de Qualificação Profissional.
CONFERÊNCIA QUALITATIVA
7. Elementos Conferidos:
() Materiais aplicados () Equipamentos instalados () Serviços realizados
() Outros (especificar):
8. Observações
9. Método de Conferência:
() Ensaio/Teste () Vistoria () Laudos
() Outros (especificar):
10. Observações
OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO
11. Foi registrada ocorrência durante a execução do objeto?* () Sim () Não
* falhas, defeitos, vícios, incorreções, providências, medidas corretivas, danos, desvios, etc.
12. Se sim, Especificar: (data e fato): atrasos, inexecução parcial, descumprimento de cláusulas contratuais
PENDÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO

13. Foi registrada pendência na execução do objeto? () Sim () Não	
14. Se sim, Especificar	
15. Recomendações para recebimento do objeto	
O objeto foi recebido nas circunstâncias e condições acima descritas.	
16. Local e Data :	
17. Assinaturas: (nome por extenso, para vínculo às assinaturas eletrônicas)	
_____ FISCAL, COMISSÃO OU TITULAR	_____ CONTRATADA

ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	
Nº 01 - Controle de verificação das ocorrências do Curso Teórico	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento do calendário das aulas teóricas do Programa de Aprendizagem
Meta a cumprir	100% das aulas do Curso Teórico ministradas
Instrumento de Medição	Calendário do Programa de Aprendizagem e Controles de Frequência dos aprendizes
Forma de acompanhamento	Conferência dos controles de frequência encaminhados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Número mensal de aulas ministradas /Número Total Mensal de Aulas = X
Início de vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências das aulas teóricas/mês, e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto.
Ocorrência/Pontuação	- Não realização de aula do curso teórico programada para o mês. = 0,5 ponto por dia - Não reposição da aula não ministrada = 1,0 ponto por dia
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela.
Observações	Todas as aulas não ministradas deverão ser remarcadas em conformidade com o calendário do Programa Pedagógico. Outras sanções poderão ser aplicadas, caso não haja reposição, após notificação da Conab, conforme estabelecido no TR

INDICADOR 2

Indicador 2	
Nº 02 - Controle de distribuição de uniformes/crachá	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a distribuição de uniformes e crachás aos aprendizes, conforme especificado no item 7.6 do TR
Meta a cumprir	100% dos aprendizes uniformizados
Instrumento de Medição	Comprovante de compras e recibo de entrega aos aprendizes
Forma de acompanhamento	Conferência dos comprovantes
Periodicidade	Anual

Mecanismo de cálculo	Cada comprovante será verificado e valorado individualmente. N° de conjunto de uniformes entregues/N° total de aprendizes contratados = X
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências de distribuição de uniforme e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela.
Faixas de ajuste no pagamento	- Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos aprendizes, nos prazos e condições previstas no TR = 0,5 ponto por dia - Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do aprendiz ou excessivamente danificada ou cuja qualidade seja inadequada = 1,0 ponto por dia
Observações	A distribuição de uniformes será realizada anualmente: *A primeira entrega na contratação do aprendiz e a segunda, após 1 ano. Outras sanções poderão ser aplicadas, caso os uniformes não sejam distribuídos, após notificação da Conab, conforme estabelecido no TR.

INDICADOR 3

Indicador 3	
Nº 03 - Prazo de atendimento de demandas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas da Conab
Meta a cumprir	24 horas
Instrumento de Medição	Solicitações/consultas anexas ao processo
Forma de acompanhamento	E-mails e requerimentos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada solicitação será verificada e valorada em totais mensais. Percentual de solicitação não atendidas /total de solicitações. = X
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências de falta de atendimento e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto (Cada falta será verificada e valorada individualmente. N.º de falta/12 = X
Sanções	- Desconto sobre o valor mensal do contrato, conforme pontuação na tabela
Faixas de ajuste no pagamento	- Deixar de atender as solicitações da Conab no prazo estipulado = 0,5 ponto por dia de atraso - Não atender às solicitações da Conab = 1 ponto por dia
Observações	

TABELA DE DESCONTOS

TABELA DE DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,00 a 5,00	0,5% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,00	1% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,00	2% de desconto sobre o calculado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,00	3% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,00	4% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,00	5% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,00	7% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,00	10% de desconto sobre o valor calculado para o mês de ocorrência

Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada no mês seguinte



Documento assinado eletronicamente por **Solange Ferreira de Moraes, Analista de Recursos Humanos - Conab**, em 08/06/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53288042** e o código CRC **5937837A**.

Referência: Processo nº.: 21447.000033/2026-28	SEI: nº.: 53288042
--	--------------------